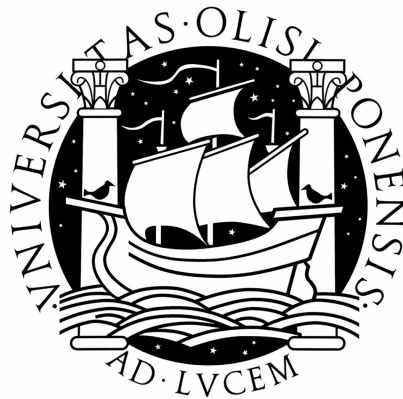


UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MESTRADO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

TESE:

ARRUDA E A ORDEM DE SANTIAGO SÉC.S XII-XV

ORIENTADOR:

PROF. DOUTOR HERMENEGILDO FERNANDES

ORIENTANDA:

BRUNA ALVOEIRO

Nº DE ALUNA :

28918

DATA:

14-9-2011

RESUMO : “ Arruda e a Ordem de Santiago : séc.s XII-XV “ propõe-se analisar a relação entre o concelho, vila e termo de Arruda e o Senhorio da Ordem de Santiago nessa mesma vila. Dando ao longo da dissertação informação relativa á vila e vivências dos seus habitantes, tal como uma classificação do seu estatuto. Analisamos ainda as relações com a coroa e com o Mosteiro de São Vicente de Fora.

SUMMARY : “ Arruda e a Ordem de Santiago : séc.s XII-XV “ proposes to analyse the relation between the concel, village and term of Arruda and it’s ownership by the Order of Santiago in that same village. Troughout the dissertation we provide information regarding the village and its inhabitants, such as a classification of its status. We further analyse the relations with the crown and the Monestery of São Vicente de Fora.

ÍNDICE

- 1.INTRODUÇÃO : pág. 4
- 2.O CONCELHO, A VILA E O TERMO : pág.7
- 3.ARRUDA E A COROA : pág.36
- 4.MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA E A ORDEM DE SANTIAGO /
MOSTEIRO DE S. VICENTE E ARRUDA : pág.47
- 5.CONCLUSÃO : pág. 52
- 6.ANEXOS : TABELA DE RESUMOS DOS DOCUMENTOS USADOS NA
DISSERTAÇÃO : pág.55
- 7.FONTES IMPRESSAS : pág.69
- 8.FONTES MANUSCRITAS : pág.71
- 9.BIBLIOGRAFIA : pág. 73
- 10.INSTRUMENTOS DE TRABALHO : pág. 81

Introdução

No âmbito do Mestrado de História Regional e Local da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa escolhi como tema de tese a vila de Arruda dos Vinhos, sendo que me chamou atenção o facto deste núcleo ter sido a primeira doação que a ordem de Santiago recebeu em território português.

O concelho de Arruda dos Vinhos situa-se hoje no distrito de Lisboa, a sul tem limitações com o município de Loures, a norte com o de Alenquer, a poente com os de Sobral de Monte Agraço e Mafra e a nascente com o de Vila Franca de Xira. Está inserido na Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTT 3) e integra a Associação dos Municípios do Oeste. Arruda tem uma área total de 77,7 Km² e engloba 4 freguesias: Arruda dos Vinhos (34,24 km²) - sede de concelho - Arranhó (21,23 km²), S. Tiago dos Velhos (16,25 km²) e Cardosas (5,99 km²). A cerca de 40 km de Lisboa, com a conclusão, no ano passado, das obras do troço da A10 Arruda/Carregado, a viagem Lisboa/Arruda que há uns anos se tinha que realizar por entre montes e vales e demorava cerca de uma hora, agora leva no máximo 30 minutos. Arruda dos Vinhos é uma localidade essencialmente rural, mas cada vez mais a actividade laboral se centra em serviços e indústria. Para além do património edificado, existe também património natural, com vales caracterizados pelo vinhedo e searas, que apela às actividades ao ar livre como sendo a Corrida de São Silvestre. Hoje das quatro freguesias, apenas Arranhó e Arruda tem o estatuto de Vila, sendo que Cardosas e Santiago dos Velhos são aldeias, no entanto o seu crescimento é rápido e visível.

Embora pouco abordado pela literatura histórica, o período mais conhecido da vila está ligado a D.Manuel I e à estadia do rei em Arruda no início do séc.XVI, após a sua fuga da peste que grassava em Lisboa. Mas para além do período medieval que iremos abordar neste trabalho o espaço também teve ocupações pré-históricas, romanas e árabes.

É interessante notar que Arruda dos Vinhos não parece ter mudado muito desde o período Medieval, continua maioritariamente um espaço rural e talvez até se denote um decréscimo da importância do lugar, do período em estudo para os nossos dias, bem utilizado como moeda de troca pela ordem de Santiago, hoje a vila passa despercebida no mapa.

Após uma primeira abordagem á documentação concluímos que os principais pontos a focar, para um maior e melhor entendimento da vila de Arruda dos Vinhos na época medieval, deveriam ser : o domínio do poder temporal pela ordem de Santiago, o poder espiritual controlado pelo Mosteiro de São Vicente de Fora e como tal o conseqüente choque com a ordem e por fim uma tentativa de reconstrução do espaço físico da vila conforme surge nos documentos.

Como em todas as monografias a primeira tarefa a cumprir foi averiguar que bibliografia e fontes estavam disponíveis para o trabalho.

Ao longo do meu estudo a falta de informação impressa, em particular para o período em estudo (séc. XII a XIV), tornou-se evidente e assim sendo foi necessário começar do zero e fazer uma busca exaustiva de todas as chancelarias que pudessem conter documentos relacionados ou com a vila ou com a ordem, começando pelas régias, passando pelas religiosas e também pelas Gavetas do ANTT. Todas as fontes manuscritas utilizadas estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Ainda que algumas das fontes utilizadas já estejam publicadas a maior parte não o está, no grupo das publicadas estão as seguintes chancelarias e livros: D.Afonso Henriques, D.Sancho I, D.Afonso III, D.Afonso IV, D. João I, D.Duarte , Livro das Lezírias de D.Dinis , Livro de Místicos, Monumenta Henricina, Livro dos Copos e Portugallie Tabellionum Instrumenta. Não publicadas estão: colecção especial de Bulas do ANTT, Chancelaria da Ordem de Santiago, Chancelaria do Mosteiro de Chelas, Chancelaria do Mosteiro de São Vicente de Fora, Chancelaria do Convento de Santos -o- Novo, Chancelaria de D.Dinis (livros 1 a 4), Livro da Estremadura, Livro de direitos reais e muitos dos documentos da Colecção das Gavetas do ANTT.

Á excepção da chancelaria de D.Pedro todas as chancelarias reais têm pelo menos um documento referente á vila de Arruda dos Vinhos sendo a maior parte referente a emprazamentos, compras e vendas.¹

Relativamente á Ordem de Santiago, o *Livro dos Copos* , foi bastante utilizado, mas também os livros de chancelaria da ordem que estão no ANTT, visto que neles há documentos que não fazem parte do *Livro dos Copos*.

Com as instituições religiosas o trabalho assentou em fontes manuscritas e são

¹ Ver anexo 1

elas: o Convento de Chelas , o Mosteiro de São Vicente de Fora e o Convento de Santos - o - Novo. É pertinente constatar que os documentos da chancelaria do Convento de Chelas são compras e vendas enquanto que os de São Vicente são mais de teor administrativo, isto é, resolução de querelas com a Ordem de Santiago e coordenação e regulamentação da vida religiosa da vila.

Nas Gavetas não há muitos documentos pertinentes para este tópico, no entanto os que há revelaram-se bastante importantes para o trabalho ², fornecendo informação sobre a forma como a vila era gerida pelos santiaguistas.

² Gaveta XXI,3,42 e Gaveta V,4,2

O Concelho, a Vila e o Termo de Arruda

Como primeiro ponto de análise parece-me pertinente decompor o nome do espaço a estudar : Arruda. Se o nome pode, á primeira vista ,descrever um local então neste caso poderíamos dizer que esta vila tem certamente arruda. Mas este seria um elemento difícil de associar ao nome sem conhecer bem a região³. Uma das hipóteses que podemos considerar é que o espaço tinha um plantio intensivo de arruda, verdade é que durante o verão o rio que passa pela vila seca em algumas partes e atrai bastantes mosquitos, o que pode explicar a cultura desta erva. Mas é curioso notar que o espaço em análise era conhecido como um refúgio em tempos de peste , note-se que o próprio rei D. Manuel se refugiou ali aquando do surto de peste em Lisboa. Outra análise que podemos fazer deste nome não é tão facilmente comprovável mas também é plausível, se em vez de Arruda aplicarmos o nome latino de Ruta, ou seja rota, então estaríamos perante um local de Rota. Ora , sabemos que o Rio Grande da Pipa que por ali passa poderia ser navegável (como será demonstrado ao longo do capítulo) e que desagua no Tejo e sabemos também que existia exportação de vinho de Arruda para Lisboa, não temos mais documentos que apoiem seguinte conclusão mas seria possível que esta região fosse utilizada como ponto de exportação para ,não só o vinho produzido na terra mas também das zonas vinícolas circundantes.

Mas o que era Arruda em termos constitucionais? Um senhorio ou um concelho? Ou um concelho sob a alçada dum senhorio?

Sabemos que a vila e seu termo só receberam foral manuelino em 1527, o que temos anterior a isso trata-se duma doação e suas sucessivas confirmações, á ordem de Santiago. Então se para alguns historiadores é o foral que define e credita um

³ A arruda é uma erva da família das rutáceas, tendo em latim o nome de Ruta Graveolens, trata-se duma erva com um forte odor utilizada para afastar mosquitos, diz-se que era utilizada em raminhos para aspergir os fies com água benta pois acreditava-se que afastava a peste , tem também outras utilizações tais como : macerando as folhas e utilizando água a ferver produz-se um tónico utilizado para auxiliar em casos de conjuntivite , as folhas secas em pó podem ser utilizadas no combate ao piolho e acrescentando-se água gelada ás folhas num copo pode usar-se a dita água para vista cansada ou congestionada. No entanto , esta erva também era associada a bruxas, provavelmente porque possui efeitos abortivos e em flor o seu pólen queima a pele.

concelho, este espaço não poderá ser considerado como tal até 1527. No entanto, temos documentos em que o interlocutor é o concelho de Arruda ou o concelho da vila de Arruda e não o mestre espatário. Analisemos esses exemplos : em 1383⁴ D. Fernando dirige-se aos seus oficiais para que a sua doação da colheita anual do concelho de Arruda, a que tinha direito, a Gonçalo Vasques do Rego não fosse embargada - "...da colheita que avemos dar em cada hum ano do Concelho da Arruda...". Aos 6 dias de Março de 1406⁵ D. João I constrange o concelho de Arruda a pagar a devida colheita anual que já estava em falta - "...da huma parte e o comçelho da Arruda (...) da outra...". Aos 16 dias de Junho de 1472 D. Afonso V ordena que as penas dos cativos revertam para a reparação do cano de água que vem de fora da vila - "...que nos querendo fazer graça e merce a comçelho da vila da Arruda...". Aos 30 dias de Junho de 1460 D. Afonso V dirige carta a Gonçalo Anes Lobo e todos os corregedores da Estremadura para que não interfiram nos assuntos da vila, excepto quando pedido pelos juizes - "...sabede que o comçelho e homees boons da Arruda ...".

Segundo Mattoso⁶ a existência e validade dum concelho pode ser atestada não só por decreto régio mas também pela existência dum conjunto e organização de população num determinado espaço, precedente á atribuição dum foral ou senhorio e assim sendo, Arruda pode ser um exemplo duma congregação pré -existente que D. Afonso Henriques decidiu doar a um senhorio por motivos estratégicos e de protecção, visto que sem capacidade de organização militar e encontrando-se num ponto nevrálgico de defesa das linhas de entrada, esta vila precisava de ser defendida contra o infiel. Mas será que a coexistência do senhorio e do concelho é uma visão com que nos deparamos nos documentos? A realidade é que todos os documentos que temos que tratam de assuntos oficiais, digamos assim, são dirigidos ao concelho da

⁴ ANTT : Chancelaria D.Fernando Livro 3 , fl. 70

⁵ ANTT : Livro 1 de Direitos Reais fl. 262

⁶ *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, vol.II direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa,1993-1994 - pp. 216-217

vila, homens bons e juízes e não á ordem de Santiago a quem a vila pertencia. E mais as questões de querelas internas e desacatos são sempre dirigidas ao rei para resolução. Em última instância o rei será sempre a autoridade mais poderosa, porém neste caso temos vários exemplos de situações em que os espatários não foram capazes da resolução dos problemas, sendo que sabemos mesmo que chegada a um determinado período a ordem não tinha mão na vila - aos 8 dias de Maio de 1329 na carta de escambo entre Santiago e D. Afonso IV, de Arruda por Odemira e a ribeira de Nisa , é dito que : “ ...como a Ordem nom ha nem ouve gram tempo ha dela os frutos nem a trage a sa mção nem a sa posse vehemos por prol da Hordem sobredicta e da coroa do regno a fazer escaynbo...”- então os santiaguistas não tinham proveitos da vila, não a conseguiam controlar e não a tinham em sua posse porque a tinham doado á Rainha Santa Isabel para toda a sua vida. Não temos o documento da doação original mas sabemos que anteriormente já a vila tinha sido doada nas mesmas condições á rainha D. Beatriz (também não temos esta doação), mas sabemos que pelo menos de 1300 (altura em que a rainha D.Beatriz doa a Quinta da Rebaldeira aos espatários pelo usufruto que tinha e havia tido de Arruda) até 1352 (altura em que o escambo com a coroa é desfeito) a vila de Arruda não tinha estado na posse dos santiaguistas. Ou seja, no mínimo, havia 52 anos, que por outorgamentos e escambos, que a vila de Arruda não estava nas mãos dos Santiaguistas.

Então em 1175 D. Afonso Henriques doa Arruda á Ordem, esta doação é mais tarde revogada e renovada⁷ em 1186 por D. Sancho I , veja-se que há ainda outra referência a este concelho muito anterior ás já mencionadas : em 1189 D.Sancho I confirma a doação que seu pai tinha feito da igreja de Santa Maria de Arruda, em 1175 , ao Mosteiro de São Vicente de Fora e dirige-se : “ Rex D.Sancius iudici et concilio de Arruda salutem.”.Ora se por esta altura já a vila tinha voltado ás mãos da ordem porque não dirigir-lhe a carta ao invés do concelho e juízes do local?

Para respondermos há questão inicial temos que definir o senhorio e para isso citamos mesmo a fonte :

“Vimos que os senhorios constituíam uma unidade político -
administrativa , cujos titulares gozavam de poderes vários

⁷ *Livro dos Copos , doc 117*

,incluindo nalguns casos o da administração da justiça. Dissemos que a verdadeira essência de um senhorio não estava propriamente na fruição deste privilégio, uma vez que havia senhorios sem cível nem crime ,mas sim na interdição de os oficiais régios entrarem dentro dos seus limites e , sobretudo , na cobrança por parte dos respectivos senhores de vários direitos régios. Referimos também que a fruição destes mesmos direitos por parte da fidalguia se devia ao estatuto privilegiado desta última (honras) e às doações que foram feitas a ambas pelos nossos primeiros governantes, a títulos vários (coutos).

Estas pequenas células do poder local, embora usufruíssem de uma certa autonomia político-administrativa , estavam sujeitas ao poder régio, que nelas se fazia sentir de formas várias , quer através da presença mais ou menos esporádica de alguns oficiais régios no lugar quer na articulação dos senhorios com a justiça régia dos respectivos concelhos ou julgados , quer, ainda, no facto de as apelações em última instância subirem até ao rei *em sinal e em conhecimento de maior senhorio.*”⁸

Mediante o que vimos aplica-se esta realidade ao caso em questão? Se tivermos em conta que estamos perante um concelho sem foral que foi doado a uma ordem militar tornando-se assim seu senhorio, então sim. Porém há que notar, que pelo menos através da documentação que possuímos a organização judicial e administrativa estaria a cargo do concelho e seus juizes e em última instância do rei. Assim podemos certamente dizer que Arruda com a sua vila e seu termo era senhorio da Ordem Militar de Santiago, mas continuava ter a sua organização concelhia.

Tal como hoje no período medieval Arruda dos Vinhos era essencialmente rural e o grosso dos documentos de que dispomos consistem em escambos, compras, vendas e emprazamentos, incidindo maioritariamente em propriedade rural, que nos dão uma imagem da vila e seu termo. E por isso mesmo é este o capítulo mais desenvolvido do

⁸ *NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL*, vol.III ,d direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1995 - p.601

trabalho.

Porém , suspeitamos que o termo de Arruda seria apenas constituído por Cardosas , ao contrário do que é hoje em dia. . Uma análise toponímica comparativa revela-nos que os topónimos ainda hoje existentes se concentram todos na área de Arruda e Cardosas, sendo que segundo Pinho Leal⁹, “ antigamente” Arranhó pertenceria ao bairro da Mouraria e também de acordo com estudos de Manuel Fialho, pelo menos do século XII a 1325 Arranhó está presente na topografia de Lisboa. Não temos informação relativa a Santiago dos Velhos mas a ausência de toponímia associada aos documentos põe em cima da mesa a hipótese muito viável de este espaço também não fazer parte do termo de Arruda.

Para a população dispomos de um documento que nos permite ter uma ideia muito clara dos habitantes da vila, trata -se duma convocatória de D.Fernando¹⁰, dirigida aos que viviam em Arruda e no seu termo, para participarem na construção da cerca de Lisboa ; o rei pede também que se faça uma inquirição aos habitantes e suas respectivas profissões e bens.

O documento em questão já foi estudado por A. H. de Oliveira Marques precisamente pela sua importância¹¹.

Ficamos a saber que em 1369 Arruda dos Vinhos, incluindo o termo, tinha 566 vizinhos. Fazendo uso da terminologia apresentada por A. H. Oliveira Marques podemos dizer que a maior parte dos vizinhos pertence á categoria da peonagem¹²,

⁹ Pinho Leal : *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, 12 vol.s, Livraria de Mattos Moreira, Lisboa, 1873-1890

¹⁰ *Livro I dos Místicos ,Livro II del Rei D.Fernando*, doc.5

¹¹ A. H. de Oliveira Marques : *Ensaio de história medieval portuguesa* , Veja , Lisboa, 1980 - pp. 121-133

¹² Existindo diversas categorias de peões , estão normalmente ausentes dos documentos, constituem no entanto a grande massa dos habitantes do concelho. *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, vol.II direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa,1993-1994 - p.223

sendo que deles, 451 são lavradores (com um total de 61.005 libras), demonstrando o carácter eminentemente rural do espaço, 7 são funcionários (com um total de 2.085 libras), 12 comerciantes/pequenos burgueses (com um total de 570 libras) e 40 mesterais (com um total de 5.760 libras). Na categoria da cavalaria vilã¹³ temos 34 vizinhos que são proprietários (com um total de 34.250 libras), 2 funcionários (com 2.000 libras) e 1 mesteiral (com 500 libras). Relativamente ao clero são 18 os vizinhos (com 12.108 libras). Por fim à nobreza só pertencem 3 vizinhos (com um total de 3.575 libras).

Utilizando um coeficiente de 4 e passando de vizinhos para habitantes concluímos que Arruda dos Vinhos tinha 2264 habitantes no total : nobreza 12, clérigos e família 72, cavaleiros vilãos 148, mesterais 156, pequenos burgueses 44, funcionários 28 e lavradores 1804.

Os mesterais estão distribuídos por: 8 tanoeiros (1 no termo, Domingos Vicente Cochom, de Lisboa) destes 8 Pedro Afonso servia como besteiro nas galés, João Fernandes e João Andrés eram de Lisboa, 7 alvanéis e 7 alfaiates, 6 sapateiros, 3 ferreiros, 2 tosadores e 2 barbeiros, 1 carpinteiro (no termo), 1 mestre pedreiro (no termo), 1 calafate, 1 trombeiro, 1 criveiro (no termo), 1 tecelão e 1 sineiro. Dos níveis de riqueza parece deduzir-se uma hierarquia entre os mesterais : os tosadores eram os mais ricos com 800 e 500 libras de haveres, dos sapateiros apenas dois eram pobres (sendo um deles judeu), tendo entre 10 e 20 libras, sendo que os restantes 4 possuíam de 200 a 400 libras, a riqueza dos barbeiros estava entre as 300 e 400 libras, os tanoeiros tinham todos mais de 100 libras, dos alfaiates dois possuíam de 100 e 400 libras e os restantes entre 15 e 50 libras de haveres, o calafate ficava-se pelas 100 libras, o trombeiro e os ferreiros eram pobres, o primeiro apenas detinha 10 libras e os segundos, um cristão com 30 libras e dois judeus com 20 libras, o criveiro tinha 250

¹³ “ A distinção social de base é , portanto, a que separa o cavaleiro do peão, o que revela a situação de guerra de que deriva.(...) A sua superioridade social e económica confirma-se pelo facto de possuírem normalmente armas de ferro e , inclusive, armaduras (loriga e capelo) e tendas, de terem escudeiros e dependentes (...) e de possuírem terras em lugares por vezes muito distantes da vila e mesmo fora do concelho” - *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, vol.II direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1993 - 1994 - pp. 220 - 221

libras ,o carpinteiro, recebera carta de cavaleiro pousado com 500 libras e por fim o tecelão tinha 60 libras .

Os comerciantes/pequenos burgueses são em número reduzido, 2 carnicheiros com 200 e 20 libras, 2 almocreves com 50 e 20 libras, 2 vinhateiros(ambos de Lisboa) com 100 e 60 libras, 1 albergueiro sem nada, 1 forneiro com 10 libras, 1 boticário(aqui visto que o nome é João Boticário poderá ser a profissão ou não), 1 albardeiro(no termo) com 20 libras , 1 azeiteiro (no termo) com 40 libras e Maria Anes tendeira. Em conjunto a riqueza deste grupo prefaz apenas 570 libras.

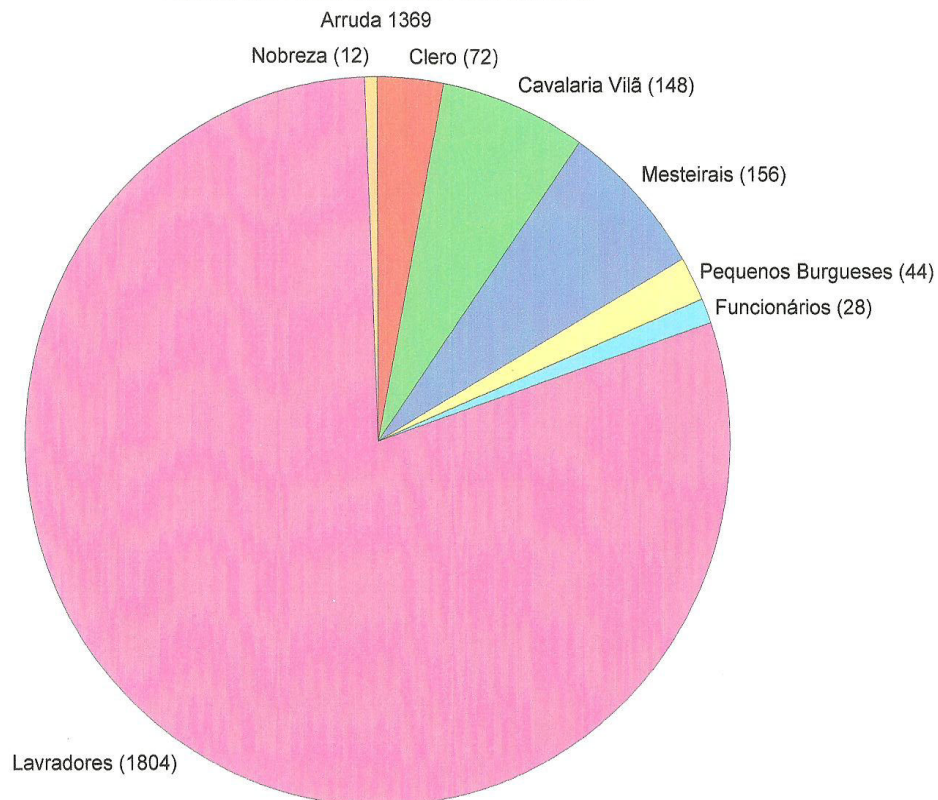
Os “funcionários” e tabeliães também eram poucos: 2 pregoeiros e tabeliães, 1 tesoureiro, meirinho del Rei, moedeiro,1 procurador e 1 escolar, nesta categoria os dois tabeliães tinham juntos 1400 libras, o procurador 800, o meirinho 200, um dos pregoeiros detinha 100 libras mas o outro apenas 10, o escolar possuía 75 libras de haveres, o moedeiro (residente em Lisboa e recenseado no termo) ,com 1000 libras, era rico e por fim o tesoureiro de D.Dinis tinha 500 libras em propriedades.

No clero incluí-se os raçoeiros num total de 6, 2 chantres, 1 sineiro e 12 clérigos e apaniguados, Gonçalo Esteves, clérigo, canta pelo seu dinheiro.

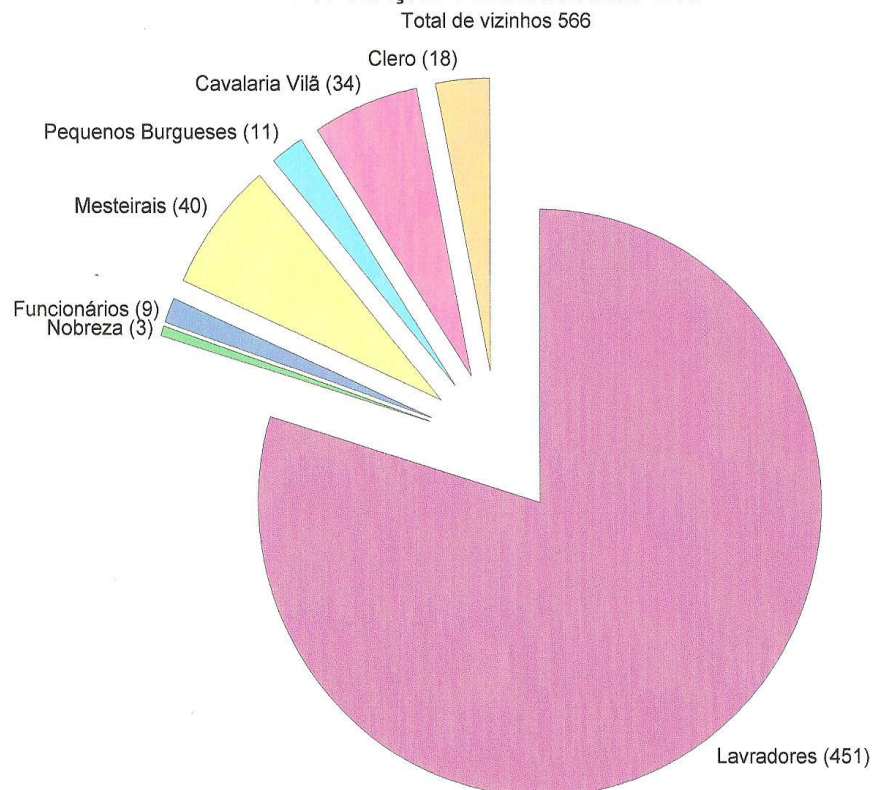
A nobreza está representada apenas por 2 vassalos do conde (1 no termo) , com 3000 libras no total e 1 monteiro com 75 libras.

Não enumerados no estudo de Oliveira Marques em ocupações diversificadas temos ainda : Afonso Anes (30 libras) que “tosquia lobos“, Lourenço Anes (50 libras) sineiro, Afonso Martins (100 libras) que serve nas galés, Inês Fernandes (20 libras) manceba e Maria Anes (50 libras) ama de Luís Gomes. No termo Domingos Martins (10 libras) caseiro de Lopes Esteves e Vasco Lourenço (10 libras) caseiro de Rui Fernandes.

TOTAL DE HABITANTES POR GRUPO



POPULAÇÃO DE ARRUDA EM 1369



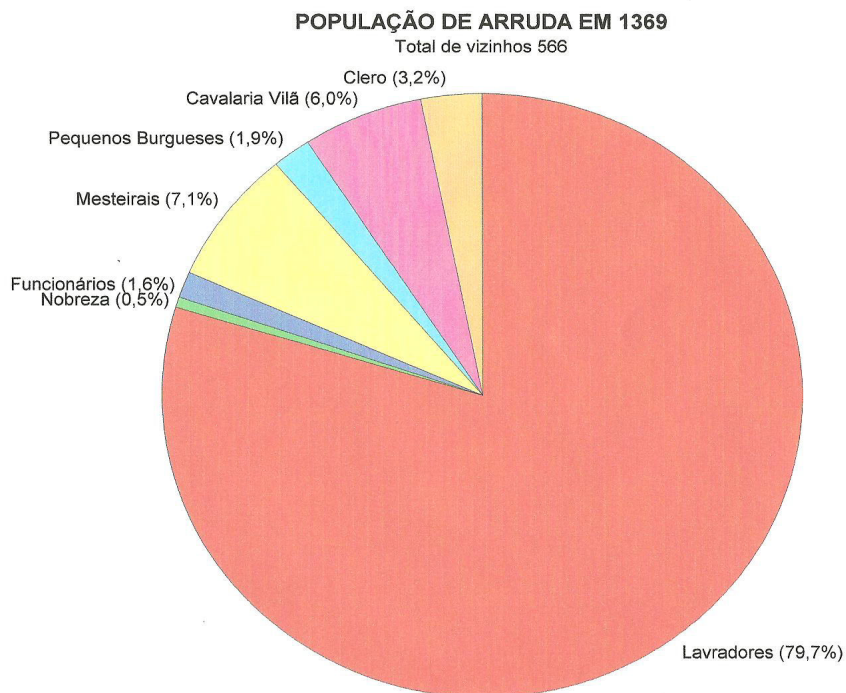


TABELA DAS VIÚVAS DE ARRUDA E SUAS LIBRAS

	Vila	Termo	Libras
1	Maria Salvada		1000
2	Aldonça Martins		1000
3	Constança Afonso		800
4	Catelina Anes		600
5	Catelina Peres + filho		500
6	Catelina Salvada		500
7	Ana Domingues		400
8	Maria Canssada + filho		400
9	Maria Baldovina		400
10		Constança Gil	300
11	Mulher de Lourenço Vicente + filhos		250
12	Maria Esteves		250
13	Maria de Amores + filhos		200
14	Stvaainha Domingues		200
15	Leonor Anes		200
16	Leonor Peres		200
17	Catelina Esteves		100
18	Maria Anes, a velha		100
19	Maria Martins + filhos		100
20	Margarida Anes		100
21	Margarida Anes + filha		70
22	Maria Caruma + filha também viúva		50
23	Catelina Margalha		50
24	Maria Mealha + filho		50
25	Maria Peres		50
26	Catelina Anes		50
27	Catelina Gonçalves		40
28	Maria Peres		30
29	Maria Bartolomeu + filha também viúva		20
30	Cecília + filha		10
31	Maria Alcaidessa, velha		10
32	Sancha Peres, velha		10

IDOSOS, POUSADOS E INDIGENTES DE ARRUDA EM 1369

	VILA	TERMO	CONDIÇÃO	LIBRAS
1	João Vicente		pousado	800
2	Airas Rolom		pousado	800
3		Vasco Vicente	pousado	800
4	Vicente Esteves		pousado	500
5	Estevão Legado		pousado	400
6	Domingos Vicente		pousado	300
7		Martim Vasques da Mata	pousado	300
8	João Crespo		velho e pousado	150
9	Maria Peres		velha	30
10	João Vicente Valverde		velho e cego	30
11	Mateus da Velha		velho	30
12	Maria Peres		velha	30
13	Catelina Domingues		velha e pobre	20
14	Maria Alcaydessa		velha	10
15	Sancha Afonso		velha e pobre	10
16	Maria Esteves Cuqueira		velha e pobre	10
17	Vicente Vasques			nihil
18	Joham Zogalo		pobre	nihil
19	Maria Mateus Velha			nihil
20	Pedro Staço			nihil
21	Margarida Marcos		velha	nihil
22	Maria Vicente		velha e pobre	nihil
23	Martim Peres		pobre	nihil
24		Vicente Cordeiro		nihil
25	Vicente Esteves		velho e muito pousado	

TABELA DE PROFISSÕES E LIBRAS DOS HABITANTES DE ARRUDA SEGUNDO O ARROLAMENTO DE 1369

	VILA	TERMO	PROFISSÃO	LIBRAS
1		Gomes Lourenço das calças	Vassalo do conde	2000
2		Domingos Eanes (de Lisboa)		1000
3		Pedro Esteves	Moedeiro	1000
4	Gil Martins		Cavaleiro	1000
5	Gomes Lourenço Fariseu		Tabellão	1000
6	Mateus Esteves		Vassalo do Conde	1000
7	Afonso Domingues		Tosador	800
8	João Lourenço		Alfaiate	400 + 300 a haver da Igreja de Triana em Alenquer
9	Lourenço Domingues		Tesoureiro do Infante D.Dinis	500
10	Vicente Esteves		Tosador	500
11	Martim Gil		Carpinteiro pousado	500
12	João Legado		Barbeiro	400
13	João da Várzea		Sapateiro	400
14	João Domingues		Tanoeiro	400
15	Afonso Peres		Tabellão	400
16	João Fernandes (de Lisboa)		Cavaleiro	300
17	João Andres (de Lisboa)		Tanoeiro	300
18	Domingos Gil		Tanoeiro	300
19		Domingos Esteves	Barbeiro	300
20	Domingos Anes		Criveiro	250
21	Pedro Anes		Raçoero	133 de renda +100 de património
22	Estevão Peres		Meirinho del Rei	200
23	Fernão Vasques		Sapateiro	200
24	Pedro Airas		Sapateiro	200
25	João da Mata		Carniceiro	200
26	João Domingues		Tanoeiro	150
27	Lourenço Vicente		Tanoeiro	150
28	Crimente Rool		Capelão	150
29	Gonçalo Lourenço		Raçoero	133 de renda + 10 em bens móveis
30	João de Braga		Raçoero	133 de renda
31	Vasco Lourenço		Raçoero	133 de renda
32	Pedro Esteves		Raçoero	133 de renda
33	Gonçalo Martins		Raçoero	133 de renda
34	Estevão Vicente		Calafate	100
35	João Fome		Tanoeiro	100
36	Domingos Anes (de Lisboa)		Lavrador	100
37	Afonso Martins		Vinhateiro	100
38			Serve nas galés	100
39	Pedro Anes		Tanoeiro	75
40	Martim Anes de Golhom (de Lisboa)		Monteiro	70
41	Diego Anes (de Lisboa)		Vinhateiro	60
			Tecelão	60

TABELA DE PROFISSÕES E LIBRAS DOS HABITANTES DE ARRUDA SEGUNDO O ARROLAMENTO DE 1369

	VILA	TERMO	PROFISSÃO	LIBRAS
42	Gil Martins		Clérigo	50
43	Afonso Anes		Clérigo	50
44	Maria Anes		Ana de Luis Gomes	50
45	João Tome		Almocreve	50
46	João Vicente(morador em Santarém)		Clérigo	50
47	Lourenço Anes		Sineiro	50
48	João Gomes		Alfaiate	50
49	Estevão Franco		Alfaiate	50
50		Vicente	Azeiteiro	40
51	Vicente Martins		Ferreiro	30
52	João Gomes		Alfaiate	30
53	Inês Fernandes		Manceba	20
54	Martim Galego		Alfaiate	20
55	João Franco		Almocreve	20
56	Pedro Afonso		Tanoeiro (serve por besteiro nas galés)	20
57	Estevão Anes		Clérigo	20
58	Judas de Reia (judeu)		Ferreiro	20
59	Gigante (judeu)		Sapateiro	20
60	Guedelha (judeu)		Ferreiro	20
61		João Galego	Albardeiro	20
62	João Domingues		Alfaiate	15
63	Domingues Pedro		Sapateiro	10
64	Vicente Anes		Sapateiro	10
65	Gonçalo Anes		Pregoeiro	10
66	João Margalho		Forneiro	10
67	Vasco da Mata		Trombeiro	10
68		Domingos Martins	Caseiro de Lopes Esteves	10
69		Vasco Lourenço	Caseiro de Rui Fernandes	10
70	Pedro Staço		Albergueiro	nihil
71	Maria Anes		Tendeira	
72	João Gil		Clérigo	
73	Estevão Peres		Clérigo	
74	Gonçalo Esteves		Clérigo (canta pelo seu dinheiro)	
75	Martim Gomes		Clérigo	
76	Mestre Afonso		Provedor	
77	Mem Martins		Cesteiro	
78	João Pequeroiro		Cesteiro	
79		João Anes Galinhaço	Mestre Pedreiro	
80		Vicente Esteves (velho, mestre e muito desposado)	Carpinteiro	
81	Vicente Nicolas		Alvanél	
82	Vicente Margalho		Alvanél	

TABELA DE PROFISSÕES E LIBRAS DOS HABITANTES DE ARRUDA SEGUNDO O ARROLAMENTO DE 1369

	VILA	TERMO	PROFISSÃO	LIBRAS
83	João Domingues Gordino		Alvanél	
84	Estevão do Terreiro		Alvanél	
85	Martim Anes		Alvanél	
86	Sueiro Afonso		Alvanél	
87	João Anes Galinhão		Pedreiro	
88	Vicente Esteves		Carpinteiro	

14

¹⁴ A ausência de menção de libras nos últimos registos deve-se á falta da mesma no documento utilizado para produção da tabela.

Analisando o primeiro grupo vemos que havia ocupações mais proveitosas que outras. Embora a riqueza dos tosadores talvez assente no facto de serem só dois, poderíamos também pressupor a existência de muitos rebanhos na vila, no entanto seria só uma suposição visto que não dispomos de informação que a corrobore. Sendo Arruda uma zona vinícola não é de estranhar a existência de tanoeiros, o facto dos ferreiros serem pobres talvez se prenda com uma presença militar fraca no espaço ou com um nível de investimento tecnológico baixo, todos os outros mesteirais parecem estar equilibrados entre si. Através da riqueza conjunta do segundo grupo só podemos concluir que o comércio não tinha expressão significativa no espaço o que se pode dever a um auto - abastecimento da população, no entanto hoje em dia Arruda ainda mantém uma Rua do Mel e uma Rua das Salemas(a qual poderá estar relacionada com o peixe ou não) . Os funcionários eram também poucos, se bem que com mais poder económico. Visto que a vila de Arruda pertencia á ordem de Santiago a presença de funcionários régios é pouco significativa. Porém encontramos um meirinho régio e ainda um tesoureiro do infante D.Dinis, filho de D.Pedro I, sendo que este se devia arrolar na categoria de funcionário senhorial . Os tabeliães formam o conjunto com mais posses, o que denota uma elevada transacção de propriedades e de procura de trabalho notarial. Anote-se ainda que o moedeiro exercia ,e o escolar estudava, em Lisboa, demonstrando a ligação da vila com a cidade .Sendo que se trata duma vila pequena, e apesar da igreja pertencer a São Vicente de Fora, o espaço religioso é dividido com os monges de Santiago, por isso o clero forma um pequeno grupo, concentrado na mesma, porquanto não há clérigos no termo. Por fim a pequena nobreza tem uma presença muito diminuta na vila ,o que poderá advir do facto do espaço ser pertença dos santiagoistas ou simplesmente porque o grupo não foi incluído no censo tal como parece ter acontecido com os membros da ordem.

Para os mouros, só temos uma referência no séc XIII, mas é o suficiente para sabermos que existiu mão de obra escrava na vila¹⁵: em 1274, por serviços prestados á ordem, D.Pedro Martins, sobrejuíz, e D.Gonzia Peres recebem Arruda dos Vinhos , até à sua morte (após o que a vila retornava aos santiagoistas) com todas as suas pertenças incluindo os seus mouros e mouras, em troca o casal dá ás Donas de Santos

¹⁵ Gavetas, XXI, 3, 42

a Lezíria da Toureira também com todos os seus mouros e mouras para sempre.

No que respeita à comunidade judaica o arrolamento de 1369 e os documentos dão-nos informações fragmentárias que nos podem ajudar a reconstruir um quadro. Ficamos a saber por exemplo que um sapateiro (de nome Gigante) e dois ferreiros (de nome Judas de Beja e Guedelha) eram judeus e pobres;¹⁶ sabemos também que a vila tinha judiaria¹⁷ pelo menos no séc.XV.Esta informação é-nos dada por um documento de doação : em 1459 Leonor Dias doa às capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz certos bens, entre os quais se encontra uma casa que ela tinha na Arruda que estava perante a fonte da vila - que muito provavelmente será o chafariz que se situa no centro da dita - e que partia de três partes com casas da judiaria, da parte de cima com casas de Abrão Matezo, de trás com rua da judiaria e de fundo com casas de Antão Matezons ; que em 1469¹⁸ Guedelha Palaçano renuncia ao senhorio duma quinta que tinha na Arruda ; que em 1471¹⁹ a comuna de judeus pede ao rei isenção do acompanhamento de presos, aqui será importante salientar que a razão deste pedido se baseia no medo que os judeus tinham de que esse tipo de actividade perturbasse as suas relações com os cristãos ; finalmente que D.Fernando arrenda as sisas gerais e do vinho de Arruda dos Vinhos a Abrão Anetri, morador em Santarém. Assim , ainda que apareça pouco representada nos documentos , sabemos que a vila tinha população judaica e que como muitas outras via as suas rendas arrendadas a judeus. Se em 1369 a presença em Arruda se resumia a três judeus pobres, sabemos que essa não foi uma realidade permanente. Sendo o censo de 1369 a única referência que detemos para as profissões ocupadas pelo habitantes judaicos da vila, podemos verificar que se dedicavam a ofícios mecânicos, o que não difere muito da realidade do resto do país, sendo que ocupações mais características da comunidade ,de acordo

¹⁶A. H. de Oliveira Marques : *Ensaio de história medieval portuguesa* , Vega , Lisboa, 1980 , pág.s 121-133 ; Maria José Pimenta Ferro Tavares: *Os judeus em Portugal no século XIV*, Guimarães Editores, Lisboa, 2000 , pp. 60,103,132,133

¹⁷ ANTT : Livro da Estremadura 7 , fl .264

¹⁸ ANTT: Mosteiro de Chelas : maço 40, fl .783

¹⁹ ANTT :Chancelaria D.Afonso V: Livro 16, fl .53

com o dito arrolamento, como ourives ou prestamistas não eram exercidas no espaço nem por judeus nem por cristãos . Em 1459 a presença hebraica já se manifesta justificando a existência duma judiaria na vila, judiaria essa que teria mais do que uma rua, o que para uma vila pequena como Arruda nos faz pressupor que a população estaria agora longe dos três habitantes de 1369. A renúncia de um senhorio por parte de Guedelha Palaçano e o arrendamento das sisas gerais e do vinho a Abrão Anetri , denuncia um certo investimento económico da comunidade judaica neste espaço. Por fim o facto de em 1471 a comuna de Arruda se dirigir ao Rei para pedir uma isenção de acompanhamento de presos vem confirmar a suposição de que os números de habitantes haviam aumentado , pois vemos uma comuna com força suficiente para se dirigir directamente ao Rei. Parece-me ainda digno de nota uma observação relativa à antroponímia judaico - portuguesa que encontramos na vila, refiro-me ao epíteto Guedelha , algo frequente na comunidade judia que denunciava uma moda estético-corporal , utilizada com orgulho por um número considerável de Judeus, fazendo parte desse mesmo grupo o rabi - mor D. Guedelha aben - Judáh ²⁰. O que podemos concluir é que esta presença em Arruda teve um crescimento gradual , e ainda que inserida num meio maioritariamente rural, não estava isolada, partilhando a rede com os restantes judeus espalhados pelo país, partilha essa que pode ser exemplificada através do uso de Beja como apelido. É ainda de notar que a judiaria não se encontrava longe do centro , antes pelo contrário, sabemos que tinha parte de trás, cima e fundo com uma casa que se situava de frente para o chafariz que se situa no centro da vila.

Outro grupo que surge no censo é o das viúvas ²¹. Tal como o resto da população concentram-se na vila sendo que apenas encontramos uma no termo, duas delas são ricas com 1000 libras cada e das 34 mulheres mais de metade são mulheres de posses tendo no mínimo 100 libras, as restantes tem um nível de riqueza baixo indo das 70 libras a nada.

²⁰ *NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1995, vol.III, p.348 e Maria José Pimenta Ferro Tavares : *Os judeus em Portugal no século XIV*, Guimarães Editores, Lisboa, 2000, pp. 52, 144-145

²¹ ver Tabela de Viúvas

Por fim os idosos e indigentes²² são na sua maioria mulheres e a idade, indigência e género feminino parecem estar relacionados, pois todos os idosos são pobres, realidade que já não se aplica aos pousados, onde temos um único caso dum homem velho e pousado com 150 libras, á excepção deste o valor mais baixo que temos é de 300 libras.

Que conclusões podemos então tirar relativamente aos habitantes da vila e termo de Arruda dos Vinhos? Em primeiro lugar que o espaço era essencialmente agrícola e que a maior parte da população eram lavradores que trabalhavam a terra e que consequentemente não detinham grande poder económico sendo que retirariam o seu sustento do solo. Em segundo lugar a maior expressão mesteiral recai sobre os tanoeiros o que vem de certo modo reforçar a importância da produção vinícola da região ; estranhamente os ferreiros eram pobres, o que se poderá dever á pouco significativa presença militar no espaço o que para além do armamento também significava poucos cavalos para ferrar , o que também se traduz num baixo nível de investimento tecnológico e podemos supor que este também se estendesse ás ferramentas usadas pelos lavradores, pois sendo essa a ocupação da maior parte dos habitantes, se o nível de investimento no equipamento fosse alto certamente que os ferreiros teriam mais posses. Em terceiro lugar os comerciantes/pequenos burgueses constituíam o grupo com a expressão monetária mais fraca, este facto parece ser significativo dum baixo patamar de organização e da debilidade da economia urbana face á economia rural. A esta luz não deixa de ser estranho que sendo os tanoeiros, fazedores de pipas, os mesteirais mais ricos os vinhateiros, como produtores de vinho, tivessem um poder económico tão baixo. Em quarto lugar é na vila que se encontra a maior concentração de população pois temos 459 vizinhos residentes para 107 no termo o que denota um modelo de organização populacional muito concentrado²³. No entanto, há ainda que colocar a hipótese deste estruturamento

²² ver Tabela de Idosos e Indigentes

²³ Só a título de curiosidade parece-nos interessante adicionar aqui uma simples análise comparativa com o numeramento de 1527-1532 (este período já fica fora da alçada deste trabalho mas serve para ilustrar uma continuidade de estrutura de povoamento) apenas para fazer notar que volvidos 158 anos sobre o censo de D. Fernando a concentração populacional de Arruda continua na vila, aliás mantêm-se

populacional se dever ao facto do termo, ser muito pequeno e por isso mesmo ter menos população. Agora, há também que ter em conta que esta se trata duma conjectura baseada na noção que temos hoje em dia dos limites das terra que sabemos fariam parte do termo, sendo que não possuímos informação nos documentos trabalhados para a dimensão do mesmo²⁴ no período estudado, não tendo por isso possibilidade de averiguar a autenticidade desta ideia. Sabemos com certeza que para o período estudado faziam parte do termo : A dos Calços, Quinta da Sardinha, Cardosas, Betaca, Quinta da Capela e a Corujeira.

Através de cartas de compra e emprazamento ficamos também a saber que o espaço está dividido entre quintas, casais, herdades e vinhas.

O Rio Grande da Pipa que passa por Arruda quando cheio poderia ter fundura suficiente para ser navegável e visto que desagua no Tejo na Ponte da Couraça , no Carregado se utilizado pelos locais seria um meio de transporte e comunicação muito importante, não esquecendo está claro o facto de trazer água e peixe á vila.

No que respeita a vila dispomos duma descrição para duas casas que surgem num

uma diferença considerável entre ocupação de vila e seu termo. -Júlia Galego e Suzanne Daveau, : *O numeramento de 1527-1532 : tratamento cartográfico*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1986

Parece-nos ainda pertinente levantar uma questão , quiçá a desenvolver noutra altura, analisando o censo de 1527 denotamos um decréscimo considerável no número de vizinhos da vila e seu termo. Isto é, para 566 vizinhos em 1369 encontramos 303 em 1527, ora se a tendência normal é o aumento e não o decréscimo e se o que temos vindo a constatar é um interesse elevado na zona então a que se terá devido essa diminuição repentina de população? - Anselmo Freire Braamcamp : *Povoação da Estremadura no XVI século*, in Arquivo Histórico , vol. VI , OF. TIP. , Lisboa, 1908

²⁴Ainda que tenhamos muito pouca informação acerca da totalidade do termo da vila de Arruda , sabemos que em 1469 A dos Calços (não identificável hoje em dia), fazia parte do mesmo. A única informação que temos concreta acerca deste assunto está no censo de 1527 que nos dá como termo : Cardosas, Quinta da Capela, Quinta do Carrasqueiro, Casais do Reguengo, Casais da Carpinteira , das Antas e da Serra , Pé de Mata e Linhó (note-se que Cardosas tinha nesta altura 6 vizinhos apenas) - Anselmo Freire Braamcamp : *Povoação da Estremadura no XVI século*, in Arquivo Histórico , vol. VI , OF. TIP. , Lisboa, 1908

documento da Chancelaria do Mosteiro de Chelas²⁵. Uma delas tem lagar e casa de palheiro e a mó está na cozinha ,enquanto a outra também tem uma mó na cozinha, a casa de galinhas onde se guarda a lenha e a casa da cavalaria, além de quintal, pombal e alpendre. Outro documento de 1447 dá-nos mais uma descrição para umas casas térreas danificadas em Arruda²⁶ que tinham paredes de pedra, cal, madeira, pregadura dura e telhado.

Para a agricultura praticada constatamos através da parca informação de que dispomos que, tal como hoje, a maior produção recaía na vinha seguida da oliveira²⁷.

Apesar dos outros exemplos referidos, na nota de rodapé, queremos salientar o documento de 1339 no qual D. Afonso IV afora meia herdade num local chamado TimTim, ora as condições de pagamento são 10 soldos todos os anos e meio do vinho que Deus der á bica do lagar mas uma das condições imposta pelo monarca é que a herdade comece logo a ser “chantada” em vinha de forma a que dali a dois anos estivesse toda “chantada“. A razão pela qual achámos importante salientar este documento em particular é precisamente pela terminologia utilizada visto que cantar significa precisamente plantar de estaca, ainda que também seja utilizada como sinónimo de plantar, serve o dito também para sublinhar a importância da vinicultura

²⁵ ANTT : Mosteiro de Chelas : maço 61, fl .1219

²⁶ ANTT : Mosteiro de Chelas: maço 32, fl.630

²⁷ Chancelarias Portuguesas, volume II doc.203: D.Afonso IV afora a Pedro Afonso e sua mulher Maria Vicente meia herdade em Arruda num local chamado TimTim e o pagamento será de 10 soldos todos os anos e meio do vinho que Deus der á bica do lagar , ANTT : Livro 7 da Estremadura doc.264 : Leonor Dias doa diversos bens ás capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz em Lisboa entre os quais se encontram : uma casa pequena que parte com casa de adega que foi de Estevão Gonçalves; uma herdade que por um lado parte com vinha affonte Anes; outra vinha ; vinha de Garcia Mendes; e vinha de Gomes Lourenço; doa outra vinha no local da Ribeira e esta por seu lado tem parte com vinha morta de Gonçalo Anes e vinha que foi de Álvaro Çoudo e ainda duas oliveiras; ANTT : Livro 5 da Estremadura doc.159 : Beatriz Lourenço doa toda a metade dos seus bens que tem em Arruda e seu termo ,ás capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz ,como sendo vinhas, olivais e oliveiras; ANTT : Chancelaria D.João II : Livro 21, doc.64 : Martim Lopes havia comprado, sem autorização um campo que transformara em vinha.

na zona sendo que é o próprio rei que a fomenta . Mas através dum documento de D. Duarte reunimos também informações importantes acerca desta cultura :

”... que nom consyntjsses que os rendeiros nem rebedores da dicta sisa dos bjnhos de lixboa leuassem nemhua ssisa dos bjnhos que sse comprassem na dicta bila da aruda posto que pera carregar fossem, e os leuassem de foz em fora, . E pagassem a sisa delles no dicto logo da Aruda...”²⁸

Ou seja, retiramos daqui que a vila e termo produziam vinho suficiente para vender para fora e que o nível de vendas seria de expressão significativa pois justificava uma intervenção régia no que diz respeito ao pagamento das sisas de vinho, ora então desde que o vinho fosse para levar para fora da foz, a sisa deveria ser paga, apenas , em Arruda e não em Lisboa, pois não ia ser comercializado na dicta cidade mas sim fora dela. A importância que esta cultura tinha no município continua a ser salientada pela figuração de cachos de uvas nos brasões de Arruda, Arranhó e Santiago dos Velhos e figurações de videiras em dois selos pendentes um de 1227 e outro de 1270²⁹.

Sabemos que em 1472 Arruda já dispunha de abastecimento de água que **muito** provavelmente corresponde aos vestígios dum aqueduto que abastecia o chafariz da vila - que hoje em dia se encontra reconstruído ao estilo pombalino mas que sabemos substituir uma construção mais pobre de pedra lavrada³⁰ - neste documento D.Afonso V ordena que as penas dos cativos revertam para a reparação do cano de água que vinha de fora da vila.

Da toponímia recolhida é de notar que muitos dos locais referidos se mantêm hoje

²⁸ *Chancelarias Portuguesas*, D. Duarte , volume II, *Livro da Casa dos Contos*, doc. 105

²⁹ D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora : *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa , Ministério da Educação, Lisboa, 1983 - pág. s 158 (nº 120) e 210 (nº 236).

³⁰ Filipe Soares Rogeiro : *ARRUDA DOS VINHOS : Das origens à restauração do concelho em 1898*, Arruda Editora, 1997

em dia: Cardosas (freguesia),a Quinta da Capela mantêm o seu nome, Timtim que é hoje o Casal do TimTim, Sovelas , Casal de Sovelas, Betaca , Quinta da Bataca, a Quinta da Sardinha continua Quinta das Sardinhas, o Sítio do Vilar é hoje a povoação ou Sítio da Mata, a Toureira ou Lezíria da Toureira poderá ser a Quinta da Tojeira, a Corujeira , topónimo que Viterbo identifica como um pardieiro ou uma zona penhascosa ³¹, poderá ser a travessa da Corujeira ou a rua da Corujeira. Porém, há nomes que nos surgem que não conseguimos identificar como A dos Calços (que se localizaria no termo) , a Portela e Papeiros.

Do castelo de Arruda não resta hoje nada, apenas temos a toponímia para calcularmos onde seria a sua localização, a Travessa Costa do Castelo e a Rua Costa do Castelo situam-se na parte alta da vila e por isso e por razões de topografia histórica , é seguro assumir que o castelo se localizaria aí. Porém é de notar que as únicas referências ao baluarte se encontram nas doações régias da vila á Ordem de Santiago, e apenas aí, por isso não podemos avaliar a sua importância para a vila.

Anotemos ainda no que respeita a organização territorial, para a qual não dispomos de muita informação a não ser a já referida atrás relativamente ao termo da vila, que no séc.XIII Arruda dos Vinhos poderá ter feito parte do termo de Alenquer embora, esta informação só apareça nos documentos régios de D.Sancho II.³²Tratam-se de três vendas e um escambo , sempre entre D. Constança Sanches³³ e outra parte. No

³¹ *Elucidário* : “ Corugeira : pardieiro, povoação vil, sítio penhascoso e só próprio para criar corujas” p.162

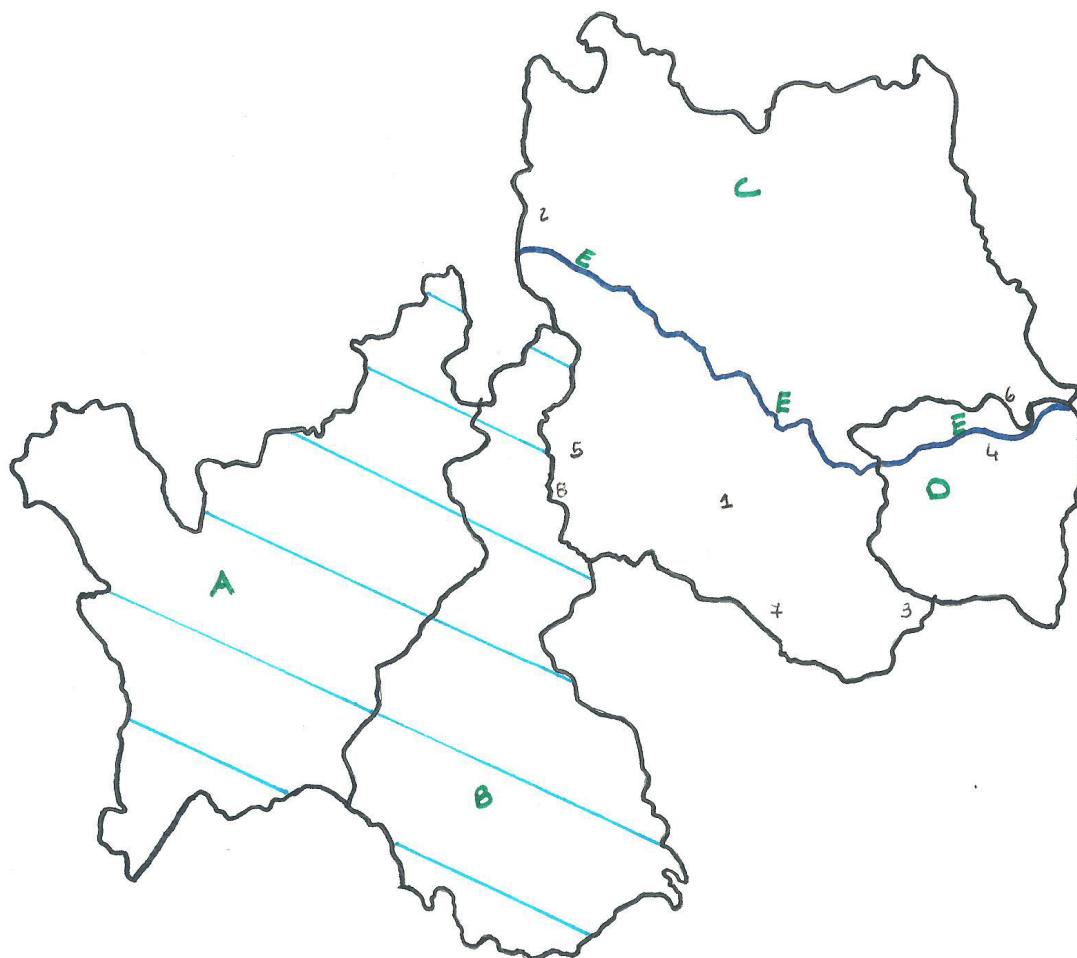
³² ANTT : Livro da Estremadura 12 : fl.s 119 e 163

³³ Parece-nos adequado adicionar aqui uma nota de rodapé para fazer uma breve apresentação desta bastarda régia. Nascida a 1204 , filha de D.Sancho I e Maria Pais Ribeira, uma das mais famosas *barregãs* da Primeira Dinastia. Logo aos seis anos foi-lhe deixado em testamento da parte do pai sete mil morabitinos, que utilizou para expandir o seu património monetária e fundiariamente, tendo uma especial preferência pela zona de Alenquer. Professou no Mosteiro de São João das Donas ,parte do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Falecida a 8 de Agosto de 1269 deixou um vasto testamento repartindo todos os seus bens por mosteiros , igrejas e particulares. - Diogo Vivas : *Constança Sanches. Algumas observações em torno de uma bastarda régia*, In *CLIO Volume 16/17* , Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007- pp. 223-241

primeiro caso um documento de Maio de 1240 trata-se dum escambo entre D.Constança e João Peres paroquiano da Igreja de S. Estevão de Alenquer e sua mulher, Maria Elvira Peres, o casal dá quanta propriedade tem: “...qauntam hereditatem habebat inter terminus de Alenquer e de aRuda...” e recebe em troca uma herdade no Carrilo e outra no lugar que chamam Pipa e receba ainda 15 morabitanos.No segundo caso ,um documento de Agosto de 1240, D. Constança compra a D. João Bofada e sua mulher uma herdade “...in terris de alanquer in loco qui diatur aRuda...” por 86 morabitanos. A segunda compra, Julho de 1240, realiza-se entre a parte constante e Paio Mendes e Mor Soares, Domingos Pais, Urraca Pais e Maria Pais. Por 60 morabitanos a infanta compra uma propriedade :”...in termino de Alenquer in loco qui vocatur Aruda...” .Por fim, Novembro de 1240, Pedro Domingues vende uma propriedade que tinha :...” in termino de Alenquer in loco qui diatur Arruda...” por 15 morabitanos³⁴. Apesar de extensiva serve a anterior exposição para demonstrar a identificação de Arruda como parte do termo de Alenquer, no entanto esta realidade só se aplica a este momento, visto que em mais nenhum documento a vila é indicada como fazendo parte do dito termo. Aliás remeta-se para a doação original do espaço aos espatários :”...villa mea propria que vocatur Arruta...” , onde não há qualquer menção a Alenquer. Assim sendo que poderá isto dizer? Visto que não há nenhuma informação nos documentos que corrobore a continuidade desta situação o que propomos é que se tenha tratado duma momentânea passagem da vila para a coroa e consequentemente para o termo da vila de Alenquer.

MAPA DO CONCELHO DE ARRUDA : O Tracejado representa as freguesias que fazem parte do concelho hoje.

³⁴ Note-se que em 1240 já D.Sancho II tinha desvalorizado o morabitino de 4g de ouro para 3,25g. No entanto como não podemos aferir com certeza se a moeda utilizada ainda teria as 4g ,podemos apenas conjecturar que tratando-se de facto do peso original, estamos perante herdades caras , á excepção da de quinze morabitanos - *NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL*, vol.III ,d direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1995 - pp.521 - 528



35

³⁵ A : Arranhó ; B : Santiago dos Velhos ; C : Arruda ; D : Cardosas ; E : Rio Grande Da Pipa

ARRUDA :

- 1 . Tímtim
- 2 . Sovelas
- 3 . Linhó
- 5 . Quinta da Capela
- 6 . Quinta da Betaca
- 7 . Casal da Ribeira
- 8 . Mata = Sítio do Vilar

CARDOSAS :

- 4 . Quinta das Sardinhas

ARRUDA E A ORDEM DE SANTIAGO : SÉC.S XII - XV

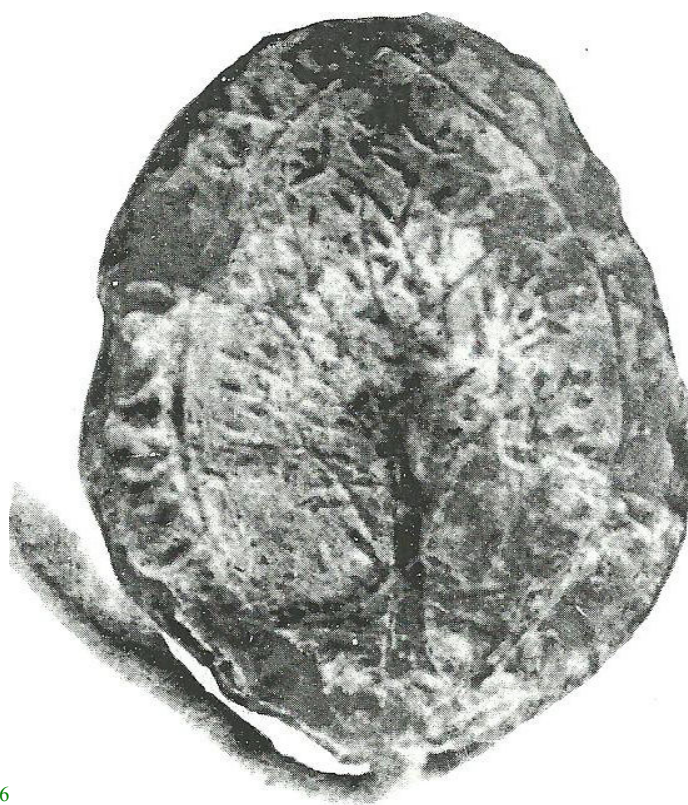
TABELA DAS CONFRONTAÇÕES QUE SURGEM NOS DOCUMENTOS

	Data	Tipo	Confrontações	Cota
1	Maio 1240	Carta de escambo entre D.Constança Sanches e João Peres(paroquinano da Igreja de S.Estevão de Alenquer)	João Peres dá quanta herdade tem entre Alenquer e Arruda, cerca do Poço dos Negrões.	TT : Livro 12 da Estremadura, fl. 130
2	Julho 1240	Carta de venda de Paio Mendes,Mor Soares,Domingos Pais,Domingas Pais,Urraca Pais e Maria Pais a D.Constança Sanches	D . Constança compra uma herdade no termo de Alenquer no local que chamam Arruda, a oriente D.Constança Sanches e o Poço dos Negrões,ocidente Maria Mandes, norte Paio Perro e a sul Gonçalo Gódins.	TT : Livro 12 da Estremadura, fl. 163
3	Agosto de 1240	Carta de venda de João Bofada/Bossada a D.Constança Sanches	D.Constança compra uma herdade, em terras de Alenquer no lugar que dizem Arruda. Está em duas peças : a primeira ao pé da Portela tem a oriente Gonçalo Godins, a ocidente via pública, a norte via pública e a sul herdade do Mosteiro de São Vicente de Fora. A segunda tem a oriente herdade de São Vicente de Fora, a ocidente Martim Peres, a norte via pública e a sul propriedade de D.Constança Sanches.	TT : Livro 12 da Estremadura, fl.119
4	Novembro 1240	Carta de venda de Pedro Domingues a D.Constança Sanches	D. Constança compra uma herdade, no termo de Alenquer no local que chamam Arruda, que foi de Gil Migueis e Ouzenda Pais sua mulher. A oriente João ,filho de D.Ousenda, e Fernando Peres,a ocidente Pedro Peres,clérigo,a norte João Pascoais e a sul via pública.	TT : Livro 12 da Estremadura, fl. 162
5	23 dias de Novembro de 1339	Carta de aforramento de D.Afonso IV a Pedro Afonso e Maria Vicente	D. Afonso IV aforra meia herdade em Arruda no local chamado TimTim, a aguião parte com João Arnela,atravessa o rio e contra Estevão Caramenho,aurego Estevão Soares e a soão caminho puluego.	Chancelarias Portuguesas,vol.II, doc.203
6	7 dias de Março de 1349	Carta de Venda de Martim Domingues e Sancha Peres, João Anes e Margarida Peres,Domingos ? e Agueda Peres, Domingas Peres,Gomes Peres e Estevão Arraz a D.Afonso IV	D. Afonso IV compra um paço com seu çarrado na Arruda,que parte com herdeiros de João Feroso,Afonso Anes e Clemente (?) Anes Fogueiro.E é na Corrueira.	TT : Livro 2 de Direitos Reais, fl.276
7	29 dias de Setembro de 1373	Doação em testamento de Dona Constança Eanes ao Mosteiro de São Vicente de Fora de várias herdade e courelas.	D. Constança Eanes doa uma courela no Lugar do Vilar que parte com Maria Martins e judeu.	TT : Mosteiro de São Vicente de Fora: 1ª incorporação,M.16, fl.24

	Data	Tipo	Confrontações	Cota
8	27 dias de Agosto de 1399	Carta de pago e satisfação de D.Duarte a D. Aldonça Mendes	D. Duarte dá a Quinta da Capela, que foi de Fernando Alvares,termo de Arruda.Parte s. da parte da travessia com a serra e com herdades de Fernão da Veiga,a norte com herdades do Morgado dos Gordinhos , a oriente com herdeiros da Mata e a sul com Fernando Afonso e com olival da capela e com outros herdeiros.	Chancelarias Portuguesas D.Duarte volume I ,Tomo 2 ,doc.836
9	21 dias de Maio de 1401	Carta de doação de Inês Gonçalves a João Gonçalves	Inês Gonçalves doa todos os bens de raiz que tem na Betaca,termo de Arruda,mais duas herdades que tinha emprazadas a uma capela no dito lugar da Betaca e uma vinha.	TT : Livro 7 da Estremadura, fl.65
10	26 dias de Fevereiro de 1436	Carta de emprazamento de Maria Afonso a João Esteves	Maria Afonso empraça casas,pardeiros vinhas e herdades que havia em Linhaes(Linhó) e Papeiros.	TT : Mosteiro de Chelas: maço 16, fl.310
11	23 dias de Outubro de 1447	Carta de emprazamento de Maria Afonso Alvernaz a Pedro Alvares	Maria Afonso empraça umas casa térreas danificadas que ela tinha na vila da Arruda.Partem com casais que são de Pedro Varela,da parte da frente e de trás parte com casais de Estevão Gonçalves raçoeiro da Santa Maria de Arruda e com sua praça(?) que vai para a ponte.	TT : Mosteiro de Chelas: maço 32, fl.630
12	24 dias de Maio de 1459	Carta de doação de Leonor Dias às capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz em Lisboa	Leonor Dias doa umas casa de sua morada que estão defronte a fonte da vila e partem com três casas da judiaria,da parte de cima com casas de Abrão Matero e de trás com rua da judiaria e de fundo com casas de Antão Matero e com rua pública.Uma casa pequena da degua(?) que parte com adega que foi de Estevão Gonçalves raçoeiro e com casais de Pedro Varela,o moço,e com rua pública.Uma herdade que jaz a Ribeira da Pipa que parte com herdade de Garcia Mendes e da outra com vinha de Afonso (?), o moço, em cima entesta em herdade de Diego Martins,tabelião,e de Fernando Alvares e enfim entesta em caminho de rios.Uma vinha que jaz no dito logo da herdade referida acima e parte com vinha de Garcia Mendes, de duas partes com herdades de Diego Martins e em fundo em testa com vinha de Gomes Lourenço,desembargador da casa do dito senhor.Outra vinha que jaz no local da Ribeira e parte com herdade de Diego Martins de duas partes e da outra com vinha morta de Gonçalo Anes,pescador,e com vinha que foi de Álvaro Çoudo.Por fim duas oliveiras que estão em uma herdade de Luis Caniços,besteiro do conto.	TT : Livro 7 da Estremadura fl.264
13	1469 a 10 dias de ?	Carta de renúncia de senhorio de Guedelha Palhçano e emprazamento do mesmo a Gonçalo Vasques	Guedelha Palaçano renuncia a uma quinta de pão,vinho e azeite com um casal e pomar, que se chama Casal da Ribeira e tanto este casal como a quinta ficam no local que chamam A dos Calços,termo da vila de Arruda.Parte com estrada que vai para os Gaios,da outra parte com parte com Lopo Afonso,de outra parte com João Ribeiro,de outra parte com casal de Fernando Esteves e com herdeiros de Linho.	TT : Mosteiro de Chelas: maço 40 fl.783

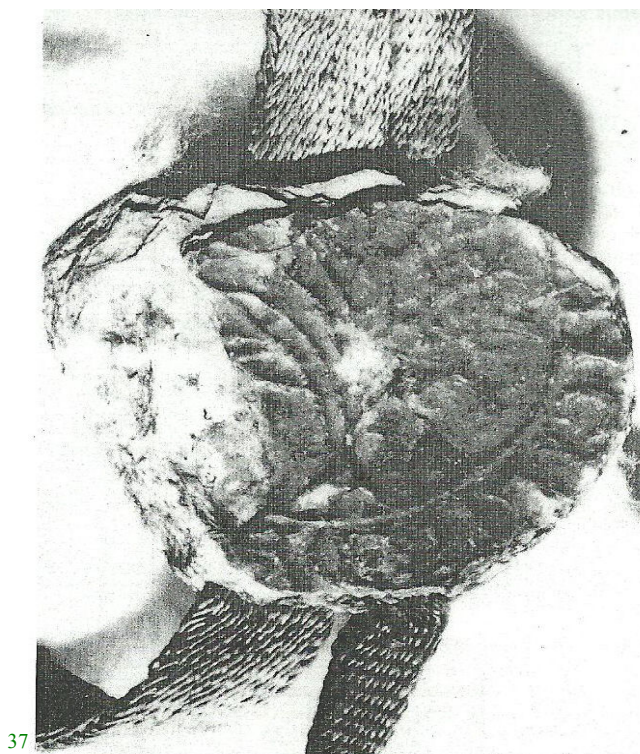
	Data	Tipo	Confrontações	Cota
14	1487	Carta de doação a Luis Coimbra de D.João II	D.João II doa uma vinha que parte com João Lopes e com caminho que vai para o reguengo da vila de Arruda.Uma casa que fora de Filipa Afonso,que parte com casas de João (?) e com casa de Maria Fernandes e com rua pública.Uma casa que parte com palheiro dos Melgaços,com casa de Maria Fernandes e rua pública.	TT : Chancelaria D.João II : Livro 21, fl.64
15	10 dias de Janeiro de 1495	Carta de doação a Fernando Miranda de D.João II	D. João II doa a Quinta da Sardinha no termo de Arruda.	TT : Livro 6 da Estremadura, fl.207
16	20 dias de Fevereiro de 1496	Carta de aforamento a João Colaço de Nicolau Dias	João Colaço afora o casal de Sovelas que parte com casais da Ordem de Santiago e termo da vila.	TT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 4 do suplemento, fl.57

Já verificámos que através dos selos, sobre os quais possuímos informação, as armas falantes ilustram a importância da vinicultura da região, mas que mais informação podemos retirar deles? Se num documento de 1227 as armas falantes parecem ser unicamente uma videira e se noutro de 1270 encontramos a mesma situação, e se o poder concelhio se expressava através dos seus selos, podemos então presumir que nesta altura a força da vila de Arruda e seu termo se centrava na cultura produzida. O que nos deixa com uma imagem de desenvolvimento institucional baixo, sendo que o denominador do espaço é rural.



36

³⁶ Selo de 1227 retirado de D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora : *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa , Ministério da Educação, Lisboa, 1983 - p. 158 (nº 120). Neste primeiro caso estamos perante um selo de cera amarelada em dupla ogiva , com uma gravação do tipo heráldico emblemático autárquico , tratando-se, segundo o autor, de um bom trabalho de gravação para a época .De acordo com o Marques de Abrantes estamos perante um selo ornado com as com as armas municipais do Concelho de Arruda, armas falantes , se de facto o arbusto retratado for uma videira. Dado o mau estado de conservação do espécime não foi possível transcrever a



Ainda que a informação que recolhemos da obra do Marquês de Abrantes seja que as gravações dos selos se tratam de videiras, o que se trata duma associação extremamente plausível devido ao cultivo intensivo de vinho e do nome que a vila viria mais tarde a ter, é-nos permitido discordar. O primeiro ponto que apontamos, e que o autor não tomou em conta certamente, é que pelo menos até ao início de séc.

legenda.

O documento em questão trata-se do nº 25 do Maço 2 do Mosteiro de S .Vicente, que relata o compromisso da câmara de Arruda, de aceitar os juízes nomeados para julgarem sobre uma querela que opunha o Mosteiro e o reitor da Igreja da vila. Mais informação pode ser lida no anexo .

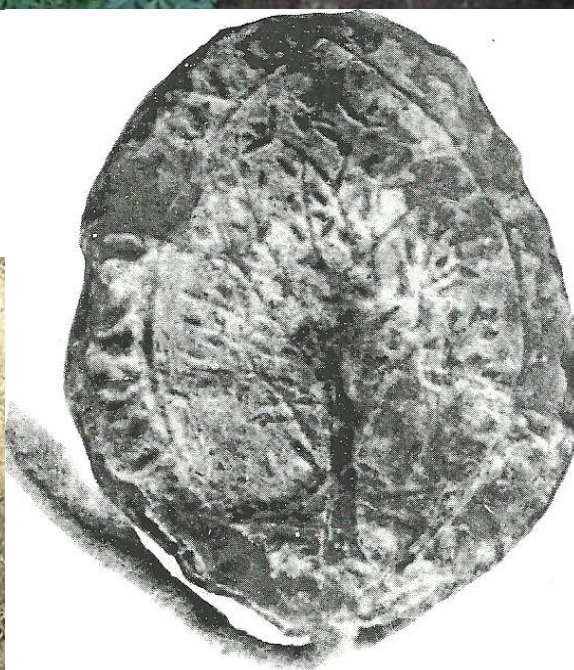
³⁷ Selo de 1270 retirado de D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora : *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa , Ministério da Educação, Lisboa, 1983 - p. 210 (nº 236). Trata-se dum selo de cera vermelho clara, circular, do tipo heráldico emblemático autárquico falante. O arbusto retratado, uma videira arrancada, é considerado pelo autor , um bom trabalho de gravação. Da inscrição não se recuperou muita informação, o documento que este selo autentica pertence á chancelaria do Mosteiro de Alcobaça.

XVI Arruda dos Vinhos era chamada só Arruda, e digo que terá sido pelo menos até ao fim de séc.XV pois é essa a extensão do nosso trabalho e em nenhum dos documentos analisados a vila ou o concelho surgem como “ dos Vinhos”.O segundo ponto suspeito é o facto de ambos os espécimes não terem retratado o que distingue a videira sem sombra de dúvida, que é : um cacho de uvas. No caso do primeiro exemplar parece-nos estarmos perante uma oliveira ao invés duma videira, isto porque a flora em questão apresenta-se com um tronco largo , alto e grosso característico duma árvore, ao invés dos troncos mais finos, baixos e retorcidos da vinha. As folhas são pequenas e pontiagudas ao invés da parra que é larga e caída. No segundo exemplar, a hipótese da videira parece-nos mais plausível, no entanto surge-nos uma outra hipótese. Analisemos a figura : mais uma vez está em falta o elemento universal de identificação duma videira , o cacho de uvas, esta gravação tem muito mais o aspecto dum arbusto, muito mais semelhante a uma videira, não fosse a falta dos cachos. Pomos então a hipótese de se tratar duma arruda, um arbusto baixo, com muitos ramos finos, de folha pequena e flor sazonal.

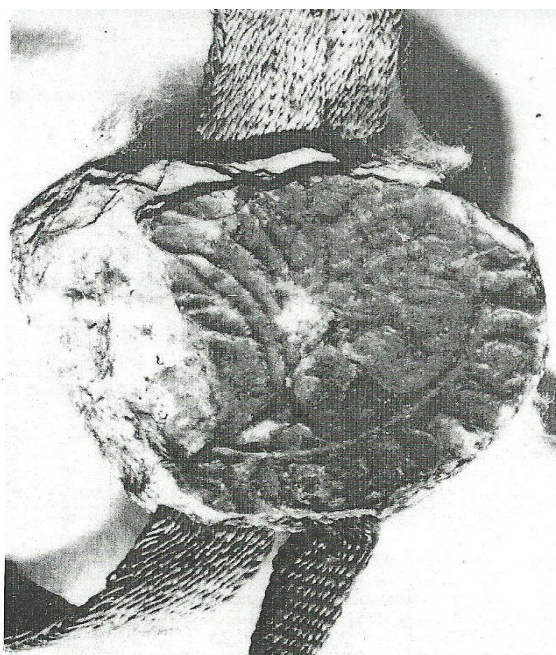
³⁸ Ruta Graveolens



39



³⁹ idem nota 25



40

Mas esta nova realidade também nos traz novas conclusões, a existência destes arbustos teria que ser massiva para com o seu nome a vila ser baptizada e nesse caso, o que nos diz isso acerca do espaço em si? Se Ruta é o primeiro nome que nos surge para esta vila e só mais tarde se acrescentou o “dos vinhos”, podemos concluir que se a presença de arrudas era tão forte no espaço o mesmo estaria muito bravio e pouco ou nada urbanizado. O que por seu lado nos leva a presumir que o local não teria uma forte ocupação populacional há algum tempo.

⁴⁰ idem nota 26

Arruda e a Coroa

Antes de 1418⁴¹, altura em que o mestrado de Santiago passou a estar sob liderança do infante D.João e como tal ligado intrinsecamente à coroa, Arruda dos Vinhos já havia pertencido à coroa, entre 1329 e 1354⁴². Durante esse período esteve em efeito o escambo feito entre D.Afonso IV e a ordem. Sabemos que á data do documento de 1329 Arruda estava na pertença da Rainha Santa Isabel, pois o escambo só entraria em efeito quando a rainha morresse. Ainda que não detenhamos o documento de doação original , temos uma doação de D. Dinis , aos 13 dias de Outubro de 1300⁴³, aos espatários da quinta da Orta Lagoa como forma de agradecimento pelo usufruto que a rainha tinha de Arruda. De acordo com outro documento dado aos 14 dias de Junho 1300⁴⁴ sabemos que a vila também pertencera á rainha D.Beatriz , à semelhança da situação descrita acima não possuímos o documento original ainda que segundo Lomax⁴⁵ tenha sido feita no ano de 1259 como uma forma de garantir o bom favor da monarca. Na carta referida D. Beatriz doa aos santiaguistas a quinta da Rebaldeira como gesto de boa fé pelo usufruto que havia e fazia da vila de Arruda. Da chancelaria do Mosteiro de São Vicente de Fora ⁴⁶ temos também um documento,

⁴¹*Monumenta Henricina* vol.II doc.148, Martinho V nomeia o infante D. João administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada.

⁴²*Livro dos copos* doc.162 e Gavetas V,4,2 , o primeiro documento é a carta de escambo o segundo rescisão do mesmo.

⁴³*Livro dos Copos* : doc. 171

⁴⁴ *Livro dos Copos* : doc. 192

⁴⁵Derek Lomax: *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, Madrid, 1965 - p. 39

⁴⁶ANTT : Mosteiro de S .Vicente de Fora, M. 4, fl. 41 ,1ª incorporação

de 1299, no qual a monarca se dirige ao prior da vila Martim Eanes. De acordo com Lomax a doação da vila a D.Beatriz terá sido vitalícia, no entanto essa informação não é certificada pela documentação recolhida. Pode pôr-se então a hipótese da vila de Arruda dos Vinhos ter de facto pertencido ao património da Casa das Rainhas, pela continuidade de pertença iniciada com D. Beatriz e logo seguida de D. Isabel , seria uma situação plausível porque Alenquer, vila vizinha, pertencia a tal casa. Mas é mais provável que apesar de seguidas no tempo, estas doações tenham sido pontuais , visto que no caso da Rainha Santa sabemos com certeza que a doação foi feita apenas durante a sua vida : “...e pello logar que chamom a Arruda que a dita Ordem deu a raynha Donna Isabel. O qual logar ela deve teer delles e ho possuir em todos seus dias...” .

Assim sendo, parece-nos provável que o espaço fizesse parte dos bens da Casa das Rainhas mas não do seu património, visto que após o falecimento da Rainha Santa Isabel passa para a coroa para depois retornar de novo á ordem.

Durante o período do escambo D.Afonso IV⁴⁷ afora a Quinta do TimTim a Pedro Afonso e sua mulher Maria Vicente, moradores na vila, para todo o sempre e seus sucessores e também realiza uma compra dum paço na Corugeira. È importante salientar que após o desmancho do escambo entre a ordem e o rei, todos os bens rendas e direitos que cada parte havia adquirido continua a pertencer-lhe, por isso mesmo voltando Arruda para Santiago a renda da quinta de TimTim e o paço na Corugeira continuam em posse régia.

Em 1369⁴⁸, ainda que a vila pertencendo a Santiago, D. Fernando constrange os de Arruda e seu termo a participarem na construção da cerca de Lisboa em troca duma escusa de irem para a fronteira, pede-se também um apuramento dos moradores do lugar, dos seus bens e profissões (arrolamento esse que analisámos no capítulo anterior).

Em 1388⁴⁹ D.João I dirige duas cartas aos Juízes da vila de Arruda porque Rui Freire,

⁴⁷ *Chancelarias Portuguesas*, volume II doc.20

⁴⁸ *Livro I dos Místicos ,Livro II del Rei D. Fernando*, doc .5

⁴⁹ *Livro dos copos* doc . 86 e *Livro dos copos* doc . 166

cavaleiro da ordem, se queixa que tinha rendas e direitos a haver na vila que se encontravam embargados pelos juízes. Aos 19 dias de Setembro Rui Freire escreve ao rei porque a coroa havia publicado cartas de isenção a pagamentos de portagens que na vila de Arruda eram direitos que pertenciam à Ordem de Santiago, e que devido a essas isenções estavam embargados pelos juízes da vila. O Rei decreta que visto que a Ordem já tinha os ditos direitos e rendas anteriormente, que tudo lhe seja pago, dando ao dito Rui Freire carta comprovando a decisão régia. Porém mais tarde nesse ano, aos 18 dias de Novembro o mesmo cavaleiro volta a pedir a intervenção do rei no mesmo assunto : João Afonso e Pedro Escudeiro, tendo comprado 30 coiros crus bacaris, não queriam pagar portagem, husagem ou costumagem das mercadorias adquiridas porque eram vizinhos e moradores da cidade de Lisboa e o Rei tinha dado carta de isenção desses pagamentos a todos os moradores da cidade. No entanto, D.João I volta a decretar que os juízes da vila façam cumprir a sua anterior carta dada ao mestre e que todos os direitos e rendas lhe sejam pagos, pois não queria fazer agravo à Ordem. Podemos aferir desta atitude que o monarca adoptava aqui uma posição protectora, o que tendo em conta que em 1418 o infante D.João passa a ser administrador dos santiaguistas, não é de estranhar. Note-se ainda que o Rui Freire apresentado no documento se trata do mestre da Ordem na altura, o último mestre a ser eleito pelos seus pares, eleição essa com a qual D.João I não concordava, tendo advertido os espatários que Rui Freire devia ser removido em detrimento de Mem Rodrigues, a ordem não foi logo acatada visto que foi necessário o Papa Urbano II confirmar Mem Rodrigues como mestre a 17 de Fevereiro de 1388⁵⁰, sendo a carta aqui analisada de 19 dias de Setembro de 1388, podemos verificar que mesmo com a confirmação papal a colocação efectiva de Mem Rodrigues ainda demorou algum tempo.

Através desta documentação ficamos a saber que os santiaguistas já não conseguiam resolver bem os problemas que tinham com as autoridades da vila e como tal necessitavam da ajuda régia.

Apartir de 1418 já não é de estranhar a intervenção da coroa na vila e como tal os

⁵⁰ Luís Adão da Fonseca : *As ordens militares no reinado de D. João I*, In *Militarium Ordinum Analecta*, direcção Luís Adão da Fonseca, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, Isabel Maria de Carvalho Lago Barbosa, p.112

documentos relativos a Arruda nas chancelarias régias aumentam, no entanto é de salientar que o infante D. João tentou manter o seu governo da ordem alienado do seu pai, chegando mesmo a dirigir uma carta a Martinho V , em 1422⁵¹, pedindo que a Ordem e todos os seus bens, direitos e membros estivessem sujeitos apenas ao poder eclesiástico, barrando assim o acesso do poder real.

Em 1424⁵² o rei dirige-se aos cavaleiros de Arruda porque o infante D.João se queixava que estes não queriam pagar o oitavo que lhe era devido. Os moradores da vila do infante D.João estavam obrigados a pagar-lhe oitavo e o que se passava era que alguns deles faziam-se passar por cavaleiros “...de vara ou de carneiro ou de tarraço ou per outro costume...” para serem isentos de o pagar, assim o infante pede ao rei que considere que tais cavalarias não fossem isentas de oitavos e jugadas, sendo que apenas os cavaleiros que possuíssem cavalos para servir o rei poderiam usufruir dessa regalia. O que retiramos deste documento é que se estava redefinir o estatuto de cavalaria, retornando-se aos primórdios em que cavaleiro era o que tinha cavalo para poder servir o seu senhor e assim também diminuindo-se os privilégios e isenções a que essa classe tinha direito. Observamos ainda que o poder, enquanto administrador da Ordem, do infante, não era forte o suficiente e que apesar da sua vontade de alienar a coroa do seu governo , acaba por se socorrer do poder régio para fazer valer a sua vontade.

Em 1477⁵³ os juízes da vila fazem queixa ao Rei porque o escrivão do Almojarifado era rendeiro e parceiro das rendas dos fornos e moinhos da vila o que como oficial do rei para a colecta era ilegal . E em 1478⁵⁴ os lavradores recorrem a coroa porque a sua isenção de carregos e ofícios do concelho não estava a ser respeitada pelos juízes da vila, então o facto de juízes e habitantes recorrerem directamente á coroa mostra que as justiças locais não estavam a ser eficazes no cumprimento da lei, estando de facto a

⁵¹ *Monumenta Henricina* : vol . III doc . 19

⁵² *Livro dos copos* doc . 165

⁵³ ANTT - Chancelaria da Ordem de Santiago, Livro 1 do suplemento , fl.18

⁵⁴ ANTT - Chancelaria da Ordem de Santiago Livro 1 do suplemento, fl.176

desrespeitá-la exercendo a sua autoridade para forçar os lavradores contra a sua vontade ou para obterem lucros onde não deviam, o que só demonstra que Arruda não estava isenta da corrupção que grassava o reino.

D.Afonso V⁵⁵ dá carta de privilégios á comuna de judeus, para que estes não fossem obrigados a acompanhar os presos, confirma todos os direitos, foros e costumes outorgados a Arruda dos Vinhos, ordena que as penas dos cativos vão para a reparação do cano de água que vem de fora, proíbe os corregedores de interferirem nos assuntos da vila a não ser que os juizes lhes peçam intervenção. Mas a maior parte desta chancelaria, relativamente á vila, é constituída por doações e confirmações, há no entanto alguns documentos que se destacam em 1473⁵⁶ Lopo Afonso escreve ao rei porque a ordem de Santiago afirmava que uns pardieiros que havia na Corujeira lhe pertenciam, o rei manda que se faça inquirição e constata-se que de facto os pardieiros pertenciam á coroa e por isso retornam a Lopo Afonso. Os ditos pardieiros tratam-se duma compra que D.Afonso IV⁵⁷ havia feito durante o período de escambo, é por isso interessante verificar que o acordo feito entre a ordem e a coroa de facto se manteve.

Em termos de volume de documentos em chancelaria referentes a Arruda dos Vinhos é no reinado de D.Afonso V que encontramos maior concentração.

A vila de Arruda dos Vinhos só recebeu foral no reinado de D.Manuel I em 1517.

⁵⁵ ANTT - Chancelaria D.Afonso V : Livro 16 fl.53, ANTT : Livro 7 da Estremadura fl.77, ANTT : Livro 1 da Estremadura ,fl. 19 (frente), ANTT : Livro 1 da Estremadura, fl. 19 (verso)

⁵⁶ ANTT - Livro da Estremadura 4 , fl.36

⁵⁷ Chancelarias Portuguesas, volume II, fl. 203

A ordem de Santiago e a Arruda

Arruda foi a primeira doação que D. Afonso Henriques fez á ordem de Santiago, em 1172⁵⁸, apenas dois anos após a ordem se ter estabelecido em território português, o rei doa a vila e o castelo com todos os seus direitos e pertenças provavelmente para fortalecer uma linha de defesa contra o infiel. Uma das hipóteses apresentadas é que o intuito era proteger uma via de penetração do Tejo para o litoral, pela Carvoeira, perto da qual passava uma das principais vias romanas, conhecida como Runa ou Dois Portos⁵⁹. Esta sugestão explicaria o porquê desta doação a uma ordem recém chegada, formada apenas cinco anos antes e com Mestre castelhano. Mas, em 1175⁶⁰ a igreja matriz de Santa Maria de Arruda é doada ao Mosteiro de São Vicente de Fora o que divide a jurisdição em temporal e espiritual.

Calcula-se que o controlo inicial da ordem de Santiago sobre a vila tenha sido curto sendo que, ou por desinteresse ou incapacidade ou pelo apoio que deu a Fernando II contra D. Sancho em Ciudad Rodrigo, a coroa retomou a vila⁶¹.

É em 1186⁶² que os santiagoistas recebem uma nova doação da vila e castelo de Arruda dos Vinhos continuando a Igreja matriz a pertencer ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Ainda que com a inevitável interferência da coroa o poder temporal da Arruda esteve maioritariamente nas mãos da Ordem de Santiago.

⁵⁸ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios volume I*, doc.311

⁵⁹ Pedro Gomes Barbosa: *Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central (séc.s XII e XIII)*, in *As ordens militares em Portugal*, Câmara Municipal, Palmela, 1991 - pp.97-98

⁶⁰ *Documentos de D.Sancho I volume I* doc.40

⁶¹ Mário Raul de Sousa Cunha : *A Ordem Militar de Santiago(das origens a 1327)*, Porto, 1991, pp. 38-39

⁶² *Livro dos Copos*, doc.117

Como primeiro ponto há que salientar que foi na vila de Arruda dos Vinhos que a linha feminina da ordem, as donas de Santos, teve as suas primeiras fundações. Terá sido uma permanência curta a das donas no espaço. Em 1255⁶³ Dom Pai Perez , mestre dos espatários, e Dom Gonçalo Perez , comendador de Mértola, doavam a Estevão Mendes, freire da ordem , “...aquele campo que nos avemos na Arruda que he chamada a villa em que soiam a morar as freiras...”. Ou seja, em 1255 sabemos que as freiras já não estavam no sítio que na altura era conhecido como Vilar, que hoje se identifica como a povoação da Mata e que se situa a 4 km do centro da vila, local onde curiosamente, se diz ter origem a nascente que alimentava o aqueduto para o chafariz de Arruda. Esta doação é feita para todo o tempo de vida do dito freire e da sua descendência, mas pela informação que temos num documento de 1275 , só terá tido a duração de vinte anos.

Em 1275⁶⁴ por serviços prestados á ordem D.Pedro Martins e sua mulher D.Gonzia Peres recebem de Dom Paio Perez e Dom Esteves Fernandes, comendador mor de Alcácer do Sal, a vila de Arruda com todas as suas pertenças ,casas e coisas e com todos os seus mouros e mouras até ao dia das suas mortes. Em troca o casal doa às donas de Santos a Lezíria da Toureira com todos os seus mouros e mouras para sempre. Ficamos então a saber que em 1255 é doado a Estevão Mendes o sítio do Vilar onde as donas de Santos tinham tido convento, ainda que entre 1255 e 1275 não tenhamos mais notícias das freiras, o que significa que 1255 pode ter sido a data da sua mudança ou que esta pode ter sido ainda antes. O que sabemos com certeza é que em 1275 é-lhes doada a Lezíria da Toureira de forma vitalícia. A data concreta da instalação em Santos-o-Velho, não é certa sendo que as opiniões divergem⁶⁵.

⁶³ ANTT - Mosteiro de Santos o Novo , caixa 19 ,fl. 1604

⁶⁴ ANTT : Gavetas XXI, 3, 42

⁶⁵ Joel Silva Ferreira Mata : *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos em finais do séc.XV e no séc.XVI .Um estudo religioso, económico e social*, Vol. I e II, in *Militarium Ordinum Analecta* , Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999- p. 65

Segundo Tude Martins de Sousa há a possibilidade da ordem ter chegado a Santos em 1186 e Frei Agostinho de Santa Maria defendia que a transferência teria ocorrido em 1212, tendo como certo que em 1217 as donas já estariam definitivamente em Lisboa. - Santa Maria, Agostinho, Frei : *Historia*

Em 1329⁶⁶ o mestre da ordem D.Pedro Escacho escamba a vila de Arruda com D.Afonso IV pela vila de Odemira e a Ribeira de Nisa porque a ordem já tinha todos os castelo e vilas em Campo de Ourique á excepção destes últimos que lhe dariam muitos proveitos ao contrário de Arruda :

“...e comssirando como os dictos castello e villae ho dicto logar da Nisa aa dicta Ordem sam proveitosos por de gram renda que som e porque sam no dicto Campo d’Ourique hu a dicta Ordem há a mayor parte do que há . E porque outrossy som logares novos em que se pode haver muita benfeitoria e considerando como a vila da Arruda a preto d’ Alenquer he alongada da sobredicta terra da dicta Ordem e outrosi como quer que a dicta Ordem seja como a Ordem nom há nem ouve gram tempo há dela os frutos nem a trage a sa mão nem a sa posse vehemos por prol da Hordem sobredicta e da coroa do regno a fazer escaynbo dos sobredictos castello e villas...”⁶⁷

No entanto, nesta altura Arruda pertencia á rainha D.Isabel “...como dicto he por escaynbo da sobredicta nossa vila da Arruda que a nos devya ficar per morte da raynha Dona Isabel.”, pertença essa que foi apresentada como um dos motivos para desfazer o escambo por D.Gil Fernandes, mestre da ordem , em 1354⁶⁸, sendo que o outro motivo apresentado era que a vila valia mais e tinha rendas maiores que os locais de troca. Porém, ao retornar a vila á ordem, tal como acontecia com Odemira, todos os bens e rendas adquiridos durante o período de escambo mantêm-se com as respectivas partes, o que significa que a coroa continua a controlar as pertenças que detêm em Arruda.

Tripartita, Lisboa, 1724, p. 355 ; Sousa , Martins Tude de : *As comendadeiras de Santiago*, sep. do IV volume do “ Arquivo Histórico de Portugal, Lisboa, 1949, p. 13.

⁶⁶ *Livro dos copos* doc.162

⁶⁷ *Livro dos copos* doc.162

⁶⁸ ANTT - Gavetas V, 4, 2

Em 1418⁶⁹ com a passagem do Mestrado da Ordem de Santiago de Espada para o infante D.João , filho de D.João I, as possessões da ordem passam a estar ligadas á coroa e o infante refere-se a Arruda dos Vinhos como “sua”⁷⁰ .

Parece-me digno de nota , introduzir aqui um pouco de história da Ordem de Santiago em Portugal. Apartir de D.Afonso III dá-se um processo gradual de centralização do poder régio, processo esse que se estendeu ás ordens militares. No caso de Santiago a interferência régia é visível na nacionalização da ordem passando a partir de 1327 os reis portugueses a ter o direito de a supervisionar , poder que até então estava na posse do Mestre Castelhana. Daqui para a frente a intervenção da coroa torna-se gradualmente mais directa, acabando os órgãos internos de regência colectivos dos espatários - Treze e Capítulo Geral - por perder a sua força. Assim, em 1418, D.João I , suplica a Martinho V⁷¹ que nomeie o seu filho administrador da Ordem, pois tendo sido aquela fundada em Portugal pelos monarcas seus antecessores , principalmente para combater o infiel, e por eles dotada de castelos, vilas e outros bens, e governada até agora pelo Mestre , os seus proventos haviam sido dispendidos noutra finalidade, para escândalo do reino. Conquistada Ceuta aos sarracenos ,contra os quais o rei desejava prosseguir a luta, se a referida ordem passasse para o controlo régio os seus rendimentos contribuiriam para o aumento da fé , sendo aplicados na dita empresa e consequentemente na luta contra o infiel. Na Bula in Apostolice Dignitatis Specula,de Martinho V⁷², dirigida ao infante D.João, o papa nomeia o infante Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da mesma em fins divergentes daqueles para os quais ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns mestres, e sobretudo para os aproveitar na luta

⁶⁹ *Monumenta Henricina* ,vol.II, doc.148

⁷⁰ *Livro dos Copos* doc.165

⁷¹ *Monumenta Henricina* : vol.II doc.147

⁷²*Monumenta Henricina* : vol.II doc.148

contra os sarracenos e na propagação da fé católica.

Mesmo estando a Ordem de Santiago a partir desta altura ligada directamente á coroa a vila nunca deixa de lhe pertencer, pois a sua presença na mesma é visível através da documentação, como sendo num documento de 1423⁷³ de nomeação do termo de Lisboa, onde se diz que Arruda não pode fazer parte do dito termo porque pertence á ordem.

O que constatamos é que ao longo do período estudado a vila retorna sempre aos santiaguistas, ainda que com vários interregnos. Ou seja por ser uma mais valia da ordem é muitas vezes trocada por outros bens, porém não deixa de ser curioso notar que estas trocas nunca são permanentes, o que provavelmente se deverá á consciência da ordem de que detinha na vila de Arruda dos Vinhos um bem valioso do qual não compensava abrir mão de forma permanente. Note-se que é precisamente esse o argumento utilizado por Gil Fernandes, mestre da ordem, para desfazer o escambo com Afonso IV, em 1354. Sendo que Gil Fernandes argumenta que Arruda só por si valia mais em rendas que Odemira e a ribeira e quinta de Nisa, pelas quais tinha sido trocada, aqui é importante focarmos que Arruda dos Vinhos, mesmo contando com o seu termo, se trata dum concelho pequeno comparado com Odemira ainda para mais juntando -se -lhe a ribeira de Nisa, por isso podemos afirmar que neste período esta vila era um bem lucrativo. Acrescenta-se ainda o facto indiscutível que a concentração dos territórios espatários se encontrava na margem sul, o que apenas faz sentido pois posses concentradas e coesas tornam-se mais fáceis de gerir, esta conjuntura territorial só vem mais uma vez demonstrar a importância de Arruda para a Ordem, pois a atitude mais lógica seria escambar a vila permanentemente acrescentando aos territórios do sul.

Portanto esta é uma posse da qual os Santiaguistas fazem uso tirando o maior proveito possível mas da qual nunca abdicam completamente, o que se pode comprovar com o escambo de 1275 após o termino do qual Arruda volta para a ordem e esta última ainda ganha a Lezíria da Toureira, o escambo de 1329, ainda que anulado em 1354, permitiu á Ordem manter todos os direitos e rendas que havia

⁷³ *Monumenta Henricina* : vol. III, doc. 17

adquirido ou em Odemira ou na Ribeira de Nisa, apesar de não termos os detalhes dos escambos efectuados com a rainha D. Isabel e com a rainha D. Beatriz, sabemos efectivamente que a vila lhes pertenceu e depois retornou aos santiaguistas e que apesar de não se tratar propriamente de escambos mas sim de doações , de D.Beatriz os espatários receberam para todo o sempre a Quinta da Rebaldeira e da parte da Rainha Santa a Quinta da Orta Lagoa também em forma de doação vitalícia. Ambas estas quintas foram doadas como agradecimento pelo usufruto que as monarcas em questão tiveram da vila de Arruda dos Vinhos.

Assim com tantas doações e escambos qual foi efectivamente a presença da ordem na vila? Podemos dizer que até 1352 terá sido no mínimo esporádica. Porque? Porque desde 1275 até 1352 a vila foi alvo de constantes doações e um escambo, ainda que nunca tenha completamente renunciado ao senhorio de Arruda e seu termo, estes constantes interregnos terão provavelmente contribuído consideravelmente para o decréscimo do seu controlo do espaço. E se pudesse uma dúvida se estas doações por período finito seriam só para um proveito de rendimentos, um documento de 1299 talvez possa iluminar um pouco a questão. Aos 13 dias de Agosto do dito ano a Rainha D. Beatriz escreve ao prior de Arruda Martim Anes para que este pague as três pitanças que deve pagar ao Mosteiro de São Vicente todos os anos e que tem em dívida. Ora julgo que esta intervenção demonstra mais do que apenas colecta das rendas da vila, mostra envolvimento na sua gestão. Podemos também constatar a fraca força da ordem na vila quando em 1388 Rui Freire(Mestre da ordem) escreve ao rei porque todas as rendas e direitos que a ordem detinha estavam embargados, sendo que a carta é dirigida aos juízes de Arruda. Então para além duma moeda de troca, meio para adquirir novas terras e fonte de rendimento qual foi efectivamente o envolvimento dos espatários com este espaço? Diríamos que a relação não se terá desenvolvido muito para além disso. Porque o que constatamos é que o concelho continuo a ter a sua administração própria, sendo o rei a autoridade superior e apartir do momento em que os santiaguistas passam a ser controlados pela coroa a distinção torna-se ainda menos visível.

Mosteiro de São Vicente de Fora e a Ordem de Santiago

Mosteiro de São Vicente de Fora e Arruda

Em 1172⁷⁴ D.Afonso Henriques doa, à recente formada, em Portugal, Ordem de Santiago a vila de Arruda dos Vinhos com o seu castelo e todas as suas regalias.

Em 1175⁷⁵ D.Afonso Henriques doa ao Mosteiro de São Vicente de Fora a Igreja de Santa Maria de Arruda, na vila de Arruda.

Em 1186⁷⁶, após a ordem ter perdido a vila, D.Sancho I volta a doar o castelo de Arruda à ordem, no entanto a Igreja Matriz continua a pertencer ao Mosteiro de São Vicente.

Em consequência desta duplicidade nos documentos que trabalhamos é visível uma tensão constante entre o mosteiro e a ordem pelo domínio do poder espiritual da vila.

Num documento de 1207⁷⁷ a mando do Papa Inocêncio III dois juízes julgam certas questões entre o Mosteiro de São Vicente e os freires de Santiago em que se regula o modelo de divisão de direitos.

Decide-se que a capela de Arruda ficará para os freires de Santiago enquanto que a Igreja de Santa Maria de Arruda fica para o Mosteiro de São Vicente de Fora. O capelão celebrará os actos de culto aos freires e mulheres que viverem nas casas, no entanto não poderá fazê-lo aos paroquianos da igreja a não ser in extremis. A capela poderá ter sino mas o seu tamanho ficará a cargo do prior de São Vicente, todas as dízimas serão adjudicados à igreja de Arruda, mesmo as que vão para Palmela e para a guerra.

⁷⁴ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, volume I*, doc.311

⁷⁵ *Livro dos Copos*, doc.117

⁷⁶ *Documentos de Sancho I, volume I*, doc.40

⁷⁷ ANTT : Mosteiro de São Vicente de Fora, 1ª incorporação, M.1 fl.33

Em 1217⁷⁸ o Bispo de Évora, o Deão de Lisboa, Mestre Vicente, e Fernando Peres, outrora Chantre de Lisboa, são chamados a arbitrar um conflito entre o Bispo e o Cabido de Lisboa e os cónegos de São Vicente, sendo que o destino das dizimas da Igreja Matriz de Arruda, é o motivo da discórdia.

Em 1226⁷⁹ a bula *Quotiens a Nobis* de Honório II vem confirmar os privilégios, bens e pertenças dados ao Mosteiro fora de Lisboa, entre os quais Santa Maria de Arruda.

A 26 de Março de 1245⁸⁰ o Bispo de Lisboa confirma o direito de São Vicente apresentar cónegos nas Igrejas de Arruda e do Tojal.

A 28 de Setembro de 1245⁸¹ temos uma confirmação da doação, feita pelo Bispo de Lisboa ao Mosteiro de São Vicente, das Igrejas de Santa Maria de Arruda e São Julião do Tojal.

Com estes quatro últimos documentos constatamos que as questões entre Santiago e S.Vicente não ficaram de todo resolvidas em 1207, as constantes confirmações da pertença da Igreja a S.Vicente podem ser resultado da instabilidade que se sentiria relativamente ao poder espiritual sobre este espaço.

Em 1266⁸² a bula *Sua Nobis* de Clemente IV, censura o Bispo de Lisboa por não cumprir a doação, das ditas igrejas, feita pelo seu antecessor ao Mosteiro.

Em 1366⁸³ temos uma carta do Papa Urbano para que se eleja dois vigários de Lisboa (Afonso Rei e Estevão Esteves) para julgarem a disputa entre Gil Vasques (mestre e prior do Mosteiro de São Vicente) e Gil Fernandes (mestre e prior de

⁷⁸ *Portugallie Tabellionum Instrumenta* ,volume I ,doc.2

⁷⁹ ANTT : Bulas ,Colecção especial, C.2, fl.19

⁸⁰ ANTT : Mosteiro de São Vicente, 1ª incorporação ,M.4 ,fl.19

⁸¹ ANTT : Bulas ,Colecção especial, C.3, fl.15

⁸² ANTT : Bulas ,Colecção especial, C.3, fl.15b / C.3 ,fl.85

⁸³ *Livro dos Copos* ,doc. 163

Santiago em Arruda) acerca do destino dos proventos da Igreja de Arruda. Este assunto já tinha sido discutido em 1207 e ficou estabelecido que todas as dízimas ficariam adjudicadas á igreja e como tal a S. Vicente, no entanto estando duas instituições a partilhar o espiritual sobre o mesmo espaço o conflito tornava-se inevitável e certos temas poderiam ser recorrentes, como é o exemplo deste.

Em 1391⁸⁴ temos um documento de administração dum testamento, o que só por si nada tem a ver com o tema aqui focado, porém através deste documento ficámos a saber que a capela da Igreja de Arruda tinha capelão, neste caso Álvaro Gomes, cónego de São Vicente. Uma questão que ficou resolvida definitivamente em 1207 foi que o domínio espiritual de Santa Maria de Arruda ficava a S.Vicente e este documento serve para confirmar isso mesmo, porque entre 1207 e 1391 não temos nenhuma informação que contradiga essa realidade .

Parece - me pertinente fazer uma comparação destas querelas com a situação da Ordem de Avis / Bispo de Évora. Tal como aqui ,o âmago dos problemas entre Avis e Évora estava no dinheiro : Avis queria ter a mesma isenção que Cister e Calatrava face ao poder episcopal e este último queria impedir isso. Da mesma forma foram necessários vários acordos para resolver esta querela, sendo também necessária a intervenção de poderes mais altos como o Rei⁸⁵.

Ainda que um pouco exaustiva, esta apresentação de eventos serve um propósito que é o de mostrar que o domínio de São Vicente em Arruda ficou praticamente estabelecido logo em 1175.

Ainda que aos santiaguistas seja permitido ter a capela da Vila, o seu capelão está condicionado só podendo realizar os actos de culto para os familiares dos santiaguistas e nunca para os paroquianos da Igreja ,as dízimas, mesmo as que se destinam á guerra são adjudicadas á Igreja matriz e por isso a São Vicente de Fora, o sino da capela e o seu tamanho está também sujeito a aprovação do Mosteiro.

Só em 1366 voltamos a ter uma querela entre as duas forças, relativamente às

⁸⁴ANTT : Mosteiro de São Vicente de Fora, 1ª incorporação, M.20 , fl.38

⁸⁵Hermínia Vasconcelos Vilar : *As dimensões de um poder : A diocese de Évora na Idade Média* , In *Histórias de Portugal*, Editorial Estampa , 1999 - pp.245-275

dízimas de Santa Maria de Arruda.

Numa bula de Honório III⁸⁶, *Auctoritate Nobis*, para a qual não temos data o papa estipula que o prior da Igreja de St.^a Maria de Arruda ,nomeado pelo Mosteiro de S.Vicente, fica sob a autoridade do Mosteiro nos assuntos relativos ao temporal e do Bispo diocesano no espiritual.

Com isto constatamos que a presença espiritual da Ordem de Santiago na vila de Arruda dos Vinhos estava subjugada e dependente do Mosteiro de São Vicente de Fora. Mas há que notar que mesmo entre os membros de S.Vicente havia desentendimentos. Prova disso é o documento de 1299, no qual D.Beatriz constrange o prior de Santa Maria a pagar o que tem em dívida para com o Mosteiro.

A informação de que dispomos para a vida religiosa de Arruda está quase limitada às querelas entre São Vicente e a ordem, sendo que a informação de que dispomos para a actuação dos freires de santiago ,especificamente, é escassa e não nos dá uma visão pormenorizada da vida religiosa da vila e seu termo.

Ainda que tenhamos pouca informação para a vida religiosa deste espaço sabemos que em 1395 o priorado de Santa Maria de Arruda fora dado a Fernando Afonso, ex - prior claustral do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e filho de D. Afonso Martins Prior - Mor do mesmo mosteiro. Fernando Afonso havia abandonado o seu cargo em Coimbra para estudar em Itália e por esse motivo pediu o benefício do padroado da igreja de Arruda dos Vinhos, que pertencia ao Mosteiro de São Vicente de Fora . O processo demorou dois anos e no fim o priorado foi-lhe dado por recomendação régia, o que sugere que o processo não terá sido o mais fácil ou bem aceite possível. No entanto, sabemos que este era um prior ausente pois quando em 1414 D. Afonso Martins faleceu, Fernando Afonso estava ainda em Itália. Este ponto da vida religiosa da vila levanta várias questões : porquê o pedido desta prebenda? e qual o motivo do arrastamento do processo e a sua conclusão com intervenção régia?

Uma coisa é certa esta Igreja de Santa Maria pertencente á pequena vila de Arruda dos Vinhos estava inserida num mercado de prebendas com ramificações até Coimbra.

È ainda de notar que a igreja de Santa Maria de Arruda surge como pertencente ás

⁸⁶ ANTT : Bulas ,Colecção especial, C.2 ,fl.16

igrejas de Óbidos numa listagem de 1320/1321⁸⁷, o que se torna estranho pois sabemos que pertencia a S .Vicente de Fora pelo que o normal seria surgir na listagem de Lisboa das igrejas do mosteiro e não em Óbidos⁸⁸.

No que diz respeito às formas de assistência de que a vila dispunha sabemos através do arrolamento de 1369 que a vila tinha hospitais e albergarias e são eles: Hospital de Santi Spiritus(que conta com trezentas libras) , Hospital de São Miguel (cinquenta libras), Hospital de Santo Agostinho(duzentas libras), Hospital de Santiago(100 libras) , Albergaria de São Domingos(cem libras) , Albergaria de São Vicente (50 libras) e São Lázaro (duzentas libras). Ainda que hoje não seja possível precisarmos a localização destes edifícios, é muito possível que um deles fosse onde se situa hoje o hospital da Santa Casa da Misericórdia, e visto que a vila mantém uma praça e uma rua de São Lázaro podemos presumir que a localização seria a mesma.

É “ralo”, para dizer no mínimo, o conhecimento que obtemos da vida religiosa desta vila, mas uma certeza podemos ter : que os proventos da sua igreja eram cobiçados e foram motivo de discórdias que não tiveram resoluções rápidas.

⁸⁷Fortunato de Almeida : *História da igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Civilização, Porto-Lisboa , 1968-1971. Apêndice XVII

⁸⁸ Manuela Santos Silva : *Óbidos e a sua região na baixa Idade Média*, Lisboa, 1996 .A autora aflora brevemente esta questão pondo a hipótese dos domínios da região de Óbidos se estenderem até ao Tejo.

Conclusão

Se o propósito duma tese de Mestrado é criar uma dissertação original com conteúdos novos e novas ideias, então penso que atingimos esse objectivo. Há que ter em conta que as fundações deste trabalho foram os documentos, não existindo a priori nenhum trabalho detalhado sobre o tema, o primeiro passo foi elaborar uma base de dados com todos os documentos referentes ao espaço e foi daí que retiramos o “sumo” para a sua elaboração.

Ao iniciarmos este projecto apenas tínhamos como referência que a vila de Arruda dos Vinhos tinha pertencido á Ordem de Santiago e foi esse o nosso ponto de partida. Porém, essa realidade veio a revelar-se muito mais densa. Descobrimos um espaço rico e diversificado. Arruda revelou-se uma vila medieval muito mais além daquilo que é hoje em dia, caracterizada pelo seu nome, faz todo o sentido a sua associação á erva de mesma denominação, o que sendo o caso nos ajuda a criar uma linha de associações : se o espaço era atreito a mosquitos teria água que nalgumas alturas do ano, como por exemplo no Verão, seria água parada que por sua vez atrairia mais mosquitos. O que nos leva á Ribeira da Pipa que passa por Arruda e se junta ao Rio Grande da Pipa que por sua vez vai desaguar no Tejo, o que por seu lado nos põe a hipótese da dita ribeira ser navegável . O que sabemos com certeza é que se trata duma região agrícola com fácil acesso a água, o que no período em questão, era sem dúvida uma mais valia. Ainda que essencialmente rural em 1369 era um espaço com 2264 habitantes. Sabemos que foi muitas vezes utilizada como moeda de troca pela ordem para obtenção de favoritismo mediante figuras régias ou novas terras, sabemos também que em 1352 valia mais em rendas do que Odemira e a ribeira e quinta de Nisa juntas, o que se considerarmos que Odemira só por si é muito maior que Arruda é dizer muito acerca do seu valor .

Como termo só podemos ter a certeza da dos Calços, Quinta da Sardinha, a aldeia de Cardosas, Betaca, Quinta da Capela e a Corujeira , visto que Santiago dos Velhos é incerto e Arranhó pertencia ao termo de Lisboa. Por isso, sabemos que se trata dum espaço pequeno.

Não detemos muita informação para a sua vida religiosa, o domínio espiritual pertencia ao Mosteiro de São Vicente de Fora e o temporal (pelo menos em teoria) a Ordem Militar de Santiago e assim sendo o que acabamos por ter são dados referentes

a querelas entre as duas facções.

Com o desenvolver do tema viemos a constatar que as coisas não eram como á primeira vista poderiam parecer. Não estávamos apenas perante uma vila e termo que tinham sido doados para senhorio dos santiaguistas, para defesa duma possível porta de entrada dos sarracenos, não. Estávamos sim perante uma realidade concelhia sujeita a um senhorio, que se pressuporia ser a Ordem, mas viemos a constatar que no fim o nosso ponto de partida não foi o nosso ponto de chegada.

Arruda foi doada á Ordem de Santiago a 1175 com o seu termo e todos os direitos e usufrutos que o rei tinha dela, em 1186 foi renovada essa doação e depois disso confirmada. Calculáramos que na documentação esta presença seria permanente, mas não. Quando não se tratam de compras, vendas ou emprazamentos a privados, documentos eclesiásticos de resolução de querelas ou editais régios o interlocutor é o concelho, juízes e homens bons de Arruda e não a Ordem. Aliás , deparámo-nos com um período bastante extenso em que a vila estaria nas mãos de outrem e provavelmente essa irregularidade de senhorio terá originado uma instabilidade na força de governo dos santiaguistas sobre o local. Mas temos que salientar que os espatários nunca abriram mão da vila, e calculamos que isso se deve ao facto dos rendimentos que dela recebiam serem consideráveis.

Sendo uma dissertação que ,podemos dizer, se centra num tema praticamente inédito ou seja não partimos de algo que já tinha sido abordado e que como tal estaríamos só a desenvolver, tínhamos só como referência a ordem de Santiago e foi necessário um extenso trabalho de arquivo em busca de referências e documentos com informação sobre o espaço e por isso ficaram muitas lacunas por preencher , temas para os quais pura e simplesmente não dispomos de informação para elaborar mais.

Ficam muitas perguntas por responder. Não ficamos com uma visão promenorizada da vida religiosa, social, artística ou mesmo rural do espaço. Foi no aspecto da população e território que conseguimos ficar com uma ideia mais clara do assunto.

Antes de terminarmos esta conclusão, queremos aflorar uma questão com que fomos confrontados. Se em 1369 Arruda tinha (com o seu termo) 566 vizinhos, porque motivo em 1527 tinha havido um decréscimo de população para 303 vizinhos? Este período cai fora do nosso limite temporal porém é uma questão que queremos deixar no ar, talvez responder quem sabe noutro trabalho.

ANEXOS :

ANEXO 1 - TABELA DE RESUMOS DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS NA DISSERTAÇÃO

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
1	Coimbra, Junho de 1172	D. Afonso Henriques	Ordem de Santiago	Após dois anos da fundação da Ordem de Santiago D. Afonso Henriques doa á ordem a vila de Arruda dos Vinhos com todas as regalias a que o rei	Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios volume I, doc.311
2	28 dias de Outubro de 1186	D. Sancho I	Ordem de Santiago	Doação de D. Sancho I do castelo de Arruda á Ordem de Santiago	Livro dos copos doc. 117
3	Coimbra, 7 dias de Dezembro de 1189	D. Afonso Henriques/ D. Sancho I	Mosteiro de S. Vicente de Fora	Carta dirigida ao juiz e concelho de Arruda, confirmando a doação da Igreja de Santa Maria de Arruda feita por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de S. Vicente de Fora em 1175.	Documentos de D. Sancho I, volume I, doc.40
4	17 dias de Setembro de 1207/8	Inocência III	Mosteiro de São Vicente e os Freires de Santiago	A capela de Arruda ficará aos cavaleiros de Santiago, e o respectivo capelão celebrará os actos do culto aos freires e mulheres que na casa viverem, e se outras pessoas além destas o celebrarem, tudo quanto receberem deverão entregar á Igreja matriz de St.ª Maria de Arruda sem falta, o capelão não poderá ouvir confissão nem dar a comunhão aos paroquianos desta igreja a não ser "in extremis". A referida capela poderá ter sino, mas o seu tamanho e colocação ficará ao arbitrio do Prior de S. Vicente. A terça das terças, recebida dos familiares, pelos cavaleiros de Santiago será adjudicada á referida Igreja. Os que viverem em suas casas e propriedades receberam géneros, farão aos dízimos e outras coisas o mesmo que os paroquianos da Igreja sobredita fazem em relação às terças dos seus familiares. A Igreja de Arruda serão ainda adjudicados todos os dízimos das propriedades de vila, tanto os que vão para Palmela como os destinados á guerra e mais o dízimo das propriedades que os cavaleiros cultivam presentemente por si próprios e á sua custa, e a propriedade que se trata ficará á dita Igreja e deverá ser-lhe entregue pelos cavaleiros que a têm, porque assim se manda por sentença, firmemente, em razão de se ter averiguado que lhe pertence e lhe fora tirada por eles e entregue a um certo Pedro Braga.	ANTT : Mosteiro de S. Vicente de Fora, M. 1 , fl.33 , 1ª incorporação
5	Lisboa 1217, Pedro Rol a fez	O bispo de Évora, o deão de Lisboa Mestre Vicente e Fernando Peres	O bispo e o cabido de Lisboa e o Prior e cónegos do Mosteiro de S. Vicente de Fora	O bispo e o cabido de Lisboa de uma parte, e o prior e cónegos do Mosteiro de S. Vicente de Fora, da outra, comprometem-se a aceitar a sentença a proferir pelos juizes-árbitros por si escolhidos (o Bispo de Évora, o deão de Lisboa Mestre Vicente, e Fernando Peres, outrora chantre de Lisboa), sobre o litígio que os opunha acerca das dízimas da Igreja de Arruda. Enquanto o processo decorrer devem ser levantadas todas as excomunições e interditos lançados pelos bispos aos párocos e os proventos devem ser recolhidos por um cónego e por um fiel laico, jurados aos santos evangelhos. Se houver contenda entre os clérigos e o prior de S. Vicente que seja tudo exposto aos jurados sendo a multa de mil morabitinos. Sobre isto juraram da parte do Bispo e do Cabido: o arceidiogo e o mestre escola, da parte do prior de S. Vicente juram Gonçalo Gonçalves e Pedro Peres. Testemunhas: Martim Pais Chanceler do Bispo de Lisboa, Nuno Gomes prelado de S. Martinho de Santarém, cónegos e trades desses locais, Pedro Fernandes prelado da Igreja de Óbidos, Vicente Fernandes prelado da Igreja de S. Tiago de Torres Novas, Tomás Domingues de Colares e Gonçalo Calvo raçoeiros do Mosteiro de S. Vicente e Fernão Soares Barina.	Portugalliae Tabellionum Instrumenta: vol.I, doc.2

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
6	Santarém, 27 dias de Janeiro de 1218	D.Afonso II	Ordem de Santiago	D.Afonso II confirma a doação do Castelo de Arruda dos Vinhos à ordem de Santiago, sendo Mestre D.Sancho Fernandes.	Chancelaria D.Afonso III Livro 1, volume 2, doc.702
7	Latrão, 22 dias de Abril de 1226	Honório III	Mosteiro de São Vicente de Fora	Bula do papa Honório III, Quotiens a nobis, trata-se da confirmação dos privilégios, concedidos por Lúcio III e Clemente III, bens e pertenças dentro e fora de Lisboa, ao Mosteiro de S.Vicente, como sendo a Igreja de Santa Maria de Arruda.	ANTT : Coleção especial de Bulas , C.2 .fl.19
8	8 dias de Abril de 1227			Compromisso feito por D.Álvares, archidiacono de Lisboa, Mestre, cônego de S.Vicente e D.Durango Frojos, advogado de Lisboa, como juizes para decidirem uma questão entre o prior e o convento de S.Vicente e o reitor da Igreja de St.ªMaria da Arruda, sobre certas propriedades que pertenceram a D.Godinho e Gomes Alvazam.	ANTT : Mosteiro de S.Vicente de Fora, M.2, fl.25 ,1ªIncorporação
9	Agosto de 1240, Soeiro Geraldês notário a fez	João Bofada/ Bossada e sua mulher D.Gonzia Gontinha	D.Constança Sanches	Trata-se duma carta de venda de João Bofada/Bossada e sua mulher D.Gonzia Gontinha a D.Constança Sanches duma herdade em Alenquer no lugar que chamam Arruda.A herdade está em duas peças: a primeira está ao pé da Portela e a segunda está ao pé de outra similar que João e D.Gonzia têm com Martim Peres.Confrontações: a oriente herdade de São Vicente,a ocidente Martim Peres,aguião via pública,áfrica D.Constança Sanches.O preço da propriedade 86 morabitinos. Testemunhas: Pedro Gonçalves homem de D.Constança, Estevão Pais de Bouro,João de Évora, Pedro Passareiro,João Eanes homem de D.Constança,João Camelo, Pedro Zodo filho de Domingo Gallea,João Peres filho de Pedro Soares de Azema,Pedro Eanes Amoreiro,Mendo filho de João Mazcoxo,Martim Geraldês homem de D.Soeiro,Soeiro Pais.	ANTT: Livro 12 da Estremadura, fl. 119
10	Maio de 1240, Vicente Peres a fez	João Peres	D.Constança Sanches	Carta de escambo entre D.Constança Sanches e João Peres ,paroquiano da Igreja de São Estevão de Alenquer e filho de Pedro Ramires,com sua mulher Maria Elvira Peres.O casal dá quanta herdade tem entre Alenquer e Arruda, cerca do Poço dos Negros/Negrdões, e recebe uma herdade no Carrilo, perto da herdade de Maria Azêla e outra que tinham no lugar que dizem Pipa ao pé da herdade de Pai Pais Tibias.O casal ainda recebe 15 morabitinos ,pelas melhorias feitas na herdade. Testemunhas: Martim Peres,João Eanes Cabeça,Pedro Gonçalves prior de Marrocos, Pedro Gonçalves homem de D.Constança,Dom Domingues Leães de Exara,Domingues Pascoal de Monte,Pedro Simiões homem de D.Constança.	ANTT : Livro 12 da Estremadura, fl. 130

DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
11 Novembro 1240	Pedro Domingues	D. Constança Sanches	Carta de venda de Pedro Domingues a D. Constança Sanches. Herdade que foi de Gil Migueis e Ouzenda Pais sua mulher, metade de toda a herdade que D. Ouzenda tinha com o seu outro marido Fernando Peres no termo de Alenquer. Confrontações: a oriente João filho de D. Ouzenda e Fernando Peres, ocidente Pedro Peres clérigo aquião, João Pascha Pascoais, áfrico via pública. Preço de 15 morabitinos entregues por D. Soeiro prior de São Estevão. Testemunhas: Fernão Domingues alvazil, Pedro Eanes, João Geraldês, Rodrigo Geraldês, Martinelo Besteiro Miguel Palacianos, Domingos Miguéis Gondaris, Andreas Pais, D. Mendo Peres, Martin Pais mordomo, Saborido seu filho, Lourenço Martins Bonne, Domingos Martins, Cotaabarra, Pedro Soares irmão de Pedro Soares Azema, João de Mulheres, Egas Nouvelle, Pedro Vinhas, André Clérigo, Domingos Moniz homem do rei, João Eanes Cabeça, Estevão homem de Pedro Estêves de Leiria, João Pais homem de João?, Pedro Lopes homem de Gomes Gil que tinha o Castelo.	ANTT : Livro 12 da Estremadura, fl. 162
12 Julho de 1240, Estevão Verdugo a fez	Paio Mendes e Mor Soares, Domingos Pais, Domingas Pais, Urraca Pais e Maria Pais	D. Constança Sanches	Paio Mendes e Mor Soares, Domingos Pais, Domingas Pais, Urraca Pais e Maria Pais vendem a D. Constança Sanches uma herdade no termo de Alenquer no lugar da Arruda. Confrontações: a oriente D. Constança Sanches e poço dos Negrões, ocidente Maria Mendes, norte Paio Perro, áfrico Gonçalo Gódius. Preço de 60 morabitinos. Testemunhas: Vasco Peres cavaleiro, João Geraldês, Estevão Geraldês, Gonçalo Godins, Domingos Estevão de Monte Junto, Martin Soares de Alqueidão Dota, Domingos Bandiz, Mendo Gonçalves genro de Pedro Faisca, Mendo sobrinho de Pedro Eanes, João Gil presbítero, Pedro Oris presbítero.	ANTT : Livro 12 da Estremadura, fl. 163
13 26 dias de Março de 1245	Bispo de Lisboa	Mosteiro de S. Vicente de Fora	Confirmação feita pelo bispo de Lisboa da concessão do direito de apresentar cónegos nas igrejas de Arruda e Tojal.	Mosteiro de S. Vicente de Fora, M. 4, fl. 19, 1ª incorporação
14 28 dias de Setembro de 1245	Bispo de Lisboa	Mosteiro de S. Vicente	Confirmação da doação feita pelo Bispo de Lisboa ao Mosteiro de S. Vicente das igrejas de St.ª Maria de Arruda e S. Julião do Tojal.	ANTT : Coleção especial Bulas: C. 3 fl. 15
15 Santarém, 24 dias de Fevereiro de 1255	D. Afonso III	Ordem de Santiago	D. Afonso III re-confirma a confirmação de D. Afonso II da doação do Castelo de Arruda a Ordem de Santiago.	Chancelaria D. Afonso III Livro 1, volume 2 doc. 703
16 Sesimbra 1255	Dom Paio Perez e Dom Gonçalo Perez	Estevão Mendes	Dom Paio Perez e Dom Gonçalo Perez doam ao freire Estevão Mendes o Vilar onde as Donas de Santos tinham morado. Doação feita para toda a duração da vida de Estevão Mendes.	ANTT : Mosteiro de Santos-o-Novo, Caixa 19, fl. 1604
17 14 dias de Março de 1266	Clemente IV	Bispo de Lisboa	Bula do papa Clemente IV dirigida ao bispo de Lisboa, Sua Nobis. Censura dirigida ao bispo de Lisboa por não observar a doação feita pelo seu antecessor, ao Mosteiro de S. Vicente, das igrejas de St.ª Maria de Arruda e de S. Julião do Tojal.	ANTT : Coleção especial de Bulas: C. 3 fl. 15b/C. 3 fl. 85

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
18	22 dias andados de Fevereiro de 1274	Ordem de Santiago	D. Pedro Martins sobrejuiz, e D. Gonzia Peres	Trata-se duma troca entre D. Pedro Martins, sobrejuiz, e D. Gonzia Peres e a ordem de Santiago. Por serviços prestados a ordem dá até a sua morte, a vila da Arruda ao casal, com todas as suas pertenças, casas e coisas a excepção de mil soldos e 60 molhos de pão que Johan Peres dava em cada um ano. Se um dos dois moresse e cassasse de novo perdia o direito á vila. Quando ambos morressem a vila passava outra vez para a ordem com todos os mouros e moursas. D. Pedro e D. Continha dão ás donas de Santos a Lezíria da Toureira para elas a terem para sempre com seus mouros e moursas.	ANTT : Gavetas XXI, 3, 42
19	14 dias de Fevereiro de 1276, Lisboa Domingos Soares	Honório III	S. Vicente de Fora	Pública-Forma do Mosteiro de S. Vicente, da bula de Honório III, Quotiens a nobis. Apresentado por: Vicente Perez vigário de S. Estevão, prior do mosteiro de S. Vicente e Vasco Peres cônego desse mosteiro e clérigo de St. Agostinho.	ANTT : Coleção especial de Bulas: C.2, fl. 18
20	Lisboa, 10 dias de Julho de 1285/6 dias de Setembro de 1462	D. Dinis / D. Afonso V	Gonçalo Esteves	Documento apresentado numa carta de confirmação de D. Afonso V. Álvaro Afonso, mestre da capela de D. Afonso IV, apresenta o documento. Carta de D. Dinis dirigida a Gonçalo Esteves seu homem, para que examine a situação do embargo das dízimas das Cardosas para a igreja de Povos por parte do alcaide de Arruda e outros. As dízimas deveriam ir para Gonçalo Martins, prior da igreja. A carta foi dada em Lisboa a 10 dias de Julho de 1285. D. Afonso V confirma, rectifica e aprova a carta a dias de Setembro de 1462.	ANTT : Chancelaria D. Dinis, fl. 39
21	Arruda, 13 dias de Agosto de 1299	D. Beatriz	Martim Eanes	Pública-forma passada pelo tabelião de Arruda, Estevão Paris, de um mandado da rainha D. Beatriz a Martim Anes, prior do mesmo lugar. A rainha D. Beatriz escreve ao prior de Arruda Martim Eanes, porque este devia pagar ao Mosteiro de São Vicente em cada um ano 3 pilaças e o mosteiro tinha-se queixado á rainha que Martim Eanes se recusava a pagar o que havia prometido. Dada em Torres Vedras a 8 dias de Agosto Pedro Afonso a fez. O Mosteiro de São Vicente manda como resposta, que a carta era muito boa e que faria como a rainha mandava, e pediu ao tabelião Pedro Fernandes vestário de São Vicente que fizesse a carta da resposta que Martim Eanes dera.	ANTT : Mosteiro de S. Vicente de Fora, M.4, fl. 41, 1ª incorporação
22	Torres Vedras, 14 dias de Junho de 1300, Cristovão Eanes a fez.	D. Beatriz	Ordem de Santiago	D. Beatriz doa a Quinta da Rebaldeira, com todos os seus direitos, para todo o sempre, á Ordem de Santiago como forma de agradecimento pelo usufruto da Vila de Arruda, a qual lhe tinha sido doada pela ordem.	Livros dos Copos doc. 192
23	Torres Vedras, 13 dias de Outubro de 1300, Estevão da Guarda a fez.	D. Dinis	Ordem de Santiago	D. Dinis doa a Quinta da Orta Lagoa, termo de Santarém, (para todo o sempre) á Ordem de Santiago como agradecimento pelo usufruto que a rainha D. Isabel tinha, em sua vida, da Vila de Arruda que lhe tinha sido doada pela ordem.	Livro dos Copos doc. 171

DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
Alcácer do Sal, 8 dias de Maio de 1329	Afonso IV	Ordem de Santiago	Trata-se duma carta de escambo entre a Ordem de Santiago e Afonso IV. Como a Ordem já tinha todos os lugares de Campo de Ourique menos a vila de Odemira e a ribeira de Nisa a coroa propõe um escambo desses locais pela vila de Arruda que fica perto de Alenquer. A Ordem fica com o castelo e vila de Odemira com seus termos, montes, fontes, rios e portos, herdamentos, moinhos, azenhas e todos os mesmos direitos que o rei possui tanto no temporal como no espiritual e também a quinta e a ribeira de Nisa com todos os seus pertences, rendas e frutos. A coroa reserva-se o direito de "... qualquer barca ou barcas do nosso senhorio ou de fora dele que aportarem ou entrarem no porto de Odemira ou a seu termo virem para qualquer outra maneira com aver ou averes de fora do nosso senhorio..." e também o montado desse termo e de todas as outras barcas e de todas as outras coisas. A troca justifica-se também porque já há algum tempo que a ordem não recebia os lucros nem tinha controle sobre a vila de Arruda. A coroa fica com a vila de Arruda, que deveria ficar para a Ordem após a morte da Rainha Santa Isabel.	Livro dos copos doc. 162
Arruda, 12 dias de Junho de 1329	João Vasques (representa a Ordem de Santiago)	João Mendes (representa a coroa)	Pública-forma da carta de Escambo da vila da Arruda da Ordem de Santiago por Odemira pertencente a coroa. Domingos Domingues, tabelião da vila, lê no adro da Igreja de Santa Maria de Arruda, perante Domingues Joanes, alvazil da vila, e muitos homens bons, a mando de João Mendes, clérigo do rei, o documento de escambo. João Vasques entrega a vila a João Mendes e coloca-o em posse do paço e da torre por chave e portas e por todas as suas pertenças e entradas e saídas e com toda a jurisdição assim como tinham sido da ordem. Testemunhas: Domingos Joanes, Aires Vicente (alvazil), Estevão Vicente, Diogo Martins, Domingos Simão, João Anes (alcaide), Estevão Nobre, Domingos Domingues (advogado?), João Domingues, Domingos Miguel, Gomes Eanes, João Martins, João Esteves, João Bom, Domingos Vicente, Aires Vicente (falsaria), Domingos Esteves, Estevão Domingues, Afonso Peres (prior), Domingos Peres (almoxarife).	ANTT : Livro I dos Direitos Reais fl.208
Lisboa, 23 dias de Novembro de 1339. Estevão Anes de Coruche a fez.	D. Afonso IV	Pedro Afonso e sua mulher Maria Vicente	Carta de aforamento. O rei afora, para todo o sempre e para os seus sucessores, meia herdade na vila da Arruda num lugar chamado TIMTIM, a Pedro Afonso e sua mulher Maria Vicente, moradores na Arruda. A dita herdade deve começar logo a ser chantada de maneira a que, da data da carta a dois anos, esteja toda chantada. O pagamento será de dez soldos todos os anos após os dois anos para todo o sempre e meio do vinho que Deus der à bica do legar em salvo a tinta e as oliveiras na Eira. As confrontações da herdade: a agulhão parte com João Arnela, atravessa o rio e contra Estevão Caramenho, a affrego Estevão Soares, a soão? caminho e pulugo. Os locatários não devem vender nem dar nem doar nem escambar a dita herdade e se a quiserem vender devem informar o rei.	Chancelarias Portuguesas, volume II doc.203

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
27	Arruda, 7 dias de Março 1349 António Afonso a fez	Martim Domingues e Sancha Peres, João Anes e Peres, João Anes e D. Margarida Peres, Domingos Peres e Agueda Arraz (filho de Arraz Carramenho)	D. Afonso IV	Carta de Venda. Martim Domingues e Sancha Peres, João Anes e D. Margarida Peres, Domingos Peres e Agueda Arraz (filho de Arraz Carramenho) vendem em conjunto um paço com seu garrado na Corugeira em Arruda, o qual parte com ? e João Fermo e com Afonso Anes e com fogueyro. Estevam Aires vende um terço do paço e os restantes vendem as duas partes tudo por 300 libras. Testemunhas: João Vicente da Arruda alvazil, Pedro Bogueyxo, Mateus da Cachopa, Estevão Esteves (carpinteiro) e Vicente da Mata.	ANTT : Livro 2 de Direitos Reais fl. 276
28	Lisboa, 8 dias de Outubro de 1352	Afonso IV	Ordem de Santiago	Trelado em pública forma, feito pelo tabelião do rei, do doc. 162 do livro dos Copos, mandada fazer por D. Oustrago Albimacho, vigário geral de Lisboa.	Livro dos copos doc. 164
29	Torres Vedras, 22 dias de Outubro de 1352	Dom Gil Fernandes	D. Afonso IV	Dom Gil Fernandes desmancha o escambo feito entre D. Afonso IV e a Ordem de Santiago a 8 de Maio de 1329 evocando como motivo que Arruda pertencia à rainha D. Isabel na altura e que valia mais que Odemira e a ribeira e quinta de Nisa. O rei aceita, no entanto ambas as partes poderiam ficar com os bens e rendas que haviam adquirido durante a sua permanência nas vilas.	ANTT: Gavetas V, 4, 2
30	Arruda, 29 dias de Novembro de 1358, João Domingues a fez	Domingos Domingues	Margarida Afonso, Geraldo Martins e Margarida Domingues sua mulher	Trata-se duma carta de partilha dos bens do falecido Domingos Domingues entre os seus herdeiros, Margarida Afonso sua viúva, Geraldo Martins e Margarida Domingues sua mulher. Para além da distribuição dos bens pelos testamentários o documento dá-nos também descrição dumas casas na Arruda, na casa da viúva a mó está na cozinha e tem lagar e casa de palheiro, outra casa também tem a mó na cozinha, tem casa de galinhas, onde se põe a lenha, a casa da cavalariça tem quintal, pombal e alpendre. Testemunhas: o juiz Gonçalo Eanes Raio, Estevão Aires e João Carramenho.	ANTT : Mosteiro de Chelas: maço 61, fl. 1219
31	Avinhão, quarto ano do pontificado, 3 dias de Novembro de 1366	Papa Urbano	Deão Cardeal de Coimbra	Carta do Papa Urbano dirigida ao Deão Cardeal de Coimbra. Trata-se duma disputa entre Gil Fernandes, mestre e prior de Santiago em Arruda e o Prior de S. Vicente de Fora Gil Vasques sobre quem tem direito aos proventos da Igreja de Arruda. A decisão do Papa é que dois vigários de Lisboa, Afonso Rei, vigário geral do Bispo D. Pedro e Estevão Esteves, vigário do Bispo D. Lourenço, oícam as duas partes e decidam.	Livro dos copos doc. 163
32	Arruda, 27 dias de Dezembro de 1369	D. Fernando	Moradores da vila de Arruda dos Vinhos e seu termo	Certidão da apresentação de uma carta régia constringendo os do termo da Arruda a concorrerem na construção da cerca de Lisboa e do apuramento dos moradores da vila e termo e dos seus bens e profissões, sendo que os que participassem na construção da cerca ficariam escusados de ir para a fronteira	Livro I dos Místicos, Livro II del Rei D. Fernando, doc. 5

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
33	29 dias de Setembro de 13713, Estevão Eanes a fez	Constança Eanes da Veiga	Mosteiro de São Vicente de Fora	Trata-se duma doação em testamento feita por Constança Eanes da Veiga ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Referida na Arruda temos uma courela que chamam do Viar (local onde sabemos se situou o primeiro Mosteiro das Donas de Santos) que parte com Maria Martins e judeu. Só temos esta informação.	ANTT : Mosteiro de São Vicente de Fora, 1ª incorporação M. 16, fl.24
34	1383	D.Fernando	Gonçalo Vasques	Carta dirigida aos oficiais do rei para que a sua doação a Gonçalo Vasques do Rego, da colheita anual da vila de Arruda não fosse embargada.	ANTT : Chancelaria D.Fernando, livro 3, fl.70
35	Campo Maior, 19 dias de Setembro de 1388 Álvaro Gonçalves a fez	D.João I	Rui Freire	Carta de D.João I dirigida aos juizes de Arruda. Rui Freire cavaleiro da ordem havia pedido que lhe fossem pagas as rendas e direitos que tinha a haver na Arruda e que estavam embargados porque o rei decide que tudo deve ser pago á ordem.	Livro dos copos doc.86
36	Campo Maior 18 de Novembro de 1388 feita por Estevão Domingues	D.João I	Rui Freire	D.João dirige-se aos juizes de Arruda. Rui Freire já se queixara á coroa que certas cartas de isenção de pagamento de portagem e direitos emitidos pela coroa o privavam de receber os ditos pagamentos na sua vila de Arruda. O rei havia deliberado que lhe pagassem o que lhe deviam. Mas agora João Afonso e Pedro Escudeiro, moradores em Lisboa, tendo comprado 30 coiros crus bacaris, não queriam pagar portagem, "husagem" ou costumagem de todas as mercadorias que comprassem para levar para outros sítios. Visto que a anterior carta do Rei a Rui Freire não fazia menção a cartas de isenção de pagamento. Mas o rei decide que não querendo fazer agravos á Ordem Rui Freire deve receber tudo a que tem direito.	Livro dos copos doc. 166
37	Lisboa, á porta da Sé, 3 dias do mês de Novembro de 1391, João Mansro a fez	António Gomes	Álvaro Gomes	Carta com transcrição. A carta original é apresentada a Diego Peres, tabelião geral do rei, e a Álvaro Gomes. António Gomes falecido, morador na vila da Arruda, havia deixado em testamento todos os bens que tinha na vila, para que com os lucros que dele provinham, se mantivesse um capelão para cantar por sua alma na Igreja de Santa Maria de Arruda, para sempre. Como administrador desses bens coloca Afonso Eanes, leigo, no entanto este não podendo desempenhar o cargo renuncia e pede a Álvaro Gomes que o ocupe. Com licença do Mosteiro de São Vicente que lhe permita cantar e ter a dita capela, Álvaro Gomes aceita o cargo com permissão do Arcebispo. Álvaro Gomes pede trelado a Diego Peres para que a carta não se perca. Testemunhas: João Pais raçoeiro, Gonçalo Esteves, o dito vigário e outros e Diego Peres.	ANTT : Mosteiro de São Vicente de Fora, M.20, fl.38, 1ª incorporação
38	Lisboa 27 dias de Agosto de 1399 feita por Álvaro Eanes	D.Duarte	D.Aldonça de Meneses	Carta de pago e satisfação passada a D.Aldonça de Meneses filha do conde de Viana pela quantia de 4 mil coroas de ouro de peso do cunho del Rei de França. Porque Rui Nogueira pagou essa quantia ao conde em nome da coroa pelo casamento de D.Beatriz Coutinha com o dito conde sendo Rui Nogueira alcaide mor de Lisboa e marido de D.Aldonça. As 4 mil coroas eram o dote de casamento de Rui Nogueira com D.Aldonça e por isso pertencem-lhe. A coroa paga 3.321 coroas e meia em bens e as 768 e meia que ficam a faltar pagará noutra altura ou dará tensa. Bens na Arruda: Quinta da Capela em termo da Arruda que parte s. da parte da travessia com a serra e com herdades de Fernam da Veiga e de aguião com herdades do Morgado dos Gordinhos e da parte do vendaval com herdeiros da Mata e da parte do soão com Fernando Afonso Baviilam com olival da Capela e com outros herdeiros com que de direito deve partir, isto vale 100 mil reais brancos mais todos os bens móveis da quinta, 3 mil reais brancos.	Chancelarias Portuguesas D.Duarte volume I Tomo 2 doc.836

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
39	Lisboa 21 dias de Maio de 1401, Filipe Afonso a fez	Inês Gonçalves	João Gonçalves	Carta de confirmação duma doação feita a João Gonçalves Inês Gonçalves doa, para todo o sempre, a João Gonçalves todos os bens de raiz que tem no lugar chamado Betaca termo da Arruda. Doação: casas, lagar, pardeiros curais, vinhas, herdades, resios(?) pacignos, árvores, matos, robos e por romper montes e fontes que se provassem ser de Inês Gonçalves. Doava ainda duas herdades que tinha emprazadas a uma capela, na Betaca, com vinha, da qual recebia 12 alqueires de pão meado(?) moido. Após a sua morte João Gonçalves seria nomeado terceira pessoa ao emprazamento.	ANTT : Livro 7 da Estremadura, fl.65
40	Lisboa 6 dias de Março 1406, João de Lisboa a fez	D. João I	O concelho de Arruda	Carta de penhora dirigida a Gonçalo Camelo, contador-mor. O concelho de Arruda tinha que pagar à coroa todos os anos no primeiro dia de Março (desde 1406), 500 pães e 6 molhos de cevada, 1 vaca e 2 porcos, 6 carneiros (com 1 do alferes), 30 galinhas, 3 cabritos, 3 leões, 200 ovos, 1 alqueire de mel, 1 alqueire de manteiga, 2 resteas de alhos e de cebolas, 5 pacas de vinho. Álvaro Mendes procurador do reino mostra o rol contra Diego Afonso procurador do concelho da Arruda. Gil Vasques sacador da coroa devia proceder à penhora, ou o concelho dava os bens ou pagava vinte mil reais.	ANTT : Livro de direitos reais fl.262
41	27 dias de Fevereiro de 1414	Leonor Gomes	Sancha Gomes e seu marido Martim Eanes Galvelas e Isabela Fernandes, freira do Mosteiro de Chelas	Parece-me ser uma carta de partilhas da herança de Leonor Gomes entre Sancha Gomes e seu marido Martim Eanes Galvelas e Isabela Fernandes, freira do Mosteiro de Chelas. As irmãs são filhas de Gomes Lourenço cavaleiro e Luísa Fernandes. Os bens são vinhas, quatro das quais estão no termo de Arruda, em A dos Calços.	ANTT : Mosteiro de Chelas: maço 62, fl.1228
42	8 dias de Outubro de 1418	Martinho V	D. João I	Trata-se duma súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V a solicitar-lhe que conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho o infante D. João. Fundada aquela em Portugal pelos monarcas seus antecessores, principalmente para combater os inféis e por eles dotada de castelos, vilas e outros bens e governada até agora pelo Mestre e cavaleiros, casados, vários mestres despenderam seus rendimentos noutra finalidade, para escândalo do reino.	Monumenta Henricina vol.II, doc.147
43	8 dias de Outubro de 1418	Martinho V	Infante D. João	Bula in Apostolice Dignitatis Specula, de Martinho V, dirigida ao infante D. João, filho de el-rei D. João I na qual a pedido deste último, nomeia o infante Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da ordem em fins diversos daqueles para que ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns mestres e sobretudo para os aproveitar na luta contra os sarracenos e na dilatação da fé católica.	Monumenta Henricina vol.II, doc.148
44	Roma, 4 dias de Janeiro de 1422	Martinho V	Infante D. João	Súplica do infante D. João ao papa Martinho V, solicitando que a Ordem de Santiago, os seus bens e membros móveis e imóveis, fossem declarados eclesiásticos e como tal dependentes e submissos apenas à jurisdição da Igreja. Concedido.	Monumenta Henricina : vol. III, doc. 17

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
45	Lisboa, 22 dias de Setembro de 1423.	D. João I	Bartolomeu Fernandes	Confirmação duma doação feita a Bartolomeu Fernandes da colheita da Arruda.	ANTT : Chancelaria de D. João I , Livro 2, fl.23
46	Coimbra, 11 dias de Novembro de 1424, Gonçalo Caldeira a fez	D. João I	Cavaleiros de Arruda	Trata-se duma carta de D. João I dirigida aos cavaleiros de Arruda. O infante D. João queixava-se que os moradores da sua vila intitulando-se cavaleiros de vara de carneiro ou de tarraco eram escusados de pagar oitavo. O rei delibera, que segundo ordenação de D. Afonso IV, esses títulos de cavalaria não são válidos para escusa do pagamento de jugadas e oitavos e que como tal apenas cavaleiros com cavalo poderão ter essa regalia.	Livro dos copos doc. 165
47	Braga, 20 dias de Dezembro 1425	D. João I	João Rodrigues	Carta de doação a João Rodrigues. O rei doa a João Rodrigues todos os direitos e rendas a que ele tem direito dos judeus da Arruda, de Vila Franca e da Azambuja.	ANTT : Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 198
48	26 dias de Fevereiro de 1436 feita por Afonso Gonçalves	Maria Afonso	João Esteves	São apresentadas duas partes: Maria Afonso, priora do Mosteiro de Chelas e Vasco Gil, escolar e seu procurador (conservador dos escolares do estudo) e João Esteves lavrador. João Esteves herdava vinhas e herdades (casas e pardeiros) em Linhaes e Papeiros, que eram de Maria Afonso, que os empraçara a Vasco Eanes. O foro era em cada um ano o quarto de todo o pão e o terço do vinho que o sítio produzia. Maria Afonso empraça a João Esteves e seus herdeiros o dito logo pela quantia de 280 reais brancos que devem ser pagos por dia de natal, em cada um ano a si e aos seus herdeiros.	ANTT : Mosteiro de Chelas, maço 16 fl.310
49	1443, Rui Vasques a fez	D. Afonso V	Estevão Marques	João Anes tinha comprado certos bens em Arruda e Alenquer mas sendo clérigo e prior da igreja de Arruda, necessitava de autorização régia para tal compra. Não a tendo os bens passam para a coroa que os doa a Estevão Marques, guarda-roupa do regente D. Pedro.	ANTT : Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl.34
50	Beja, 1 dia de Janeiro de 1445 Pai Rodrigues a fez sob autoridade do infante D. Pedro tutor e curador do dito senhor Rei	D. Duarte	Luís Gonçalves vedor da Fazenda	Alvará dirigido a Luís Gonçalves vedor da Fazenda. Os rendeiros da sisa dos vinhos de Lisboa estavam a cobrar a dita sisa a quem ia comprar vinho a Arruda para carregar e levar para fora da Foz. A coroa já havia deliberado sobre este assunto, fazia um ano, proibindo que a situação continuasse. Assim, desde que o vinho fosse para carregar e levar para fora da Foz de Lisboa a sisa deve ser paga em Arruda unicamente.	Chancelarias Portuguesas, D. Duarte volume II Livro da casa dos Contos doc. 105
51	23 dias de Outubro de 1447 dada no Mosteiro de Chelas	D. Maria Afonso Alvernas	Pedro Álvares	D. Maria Afonso Alvernas dona do Mosteiro de Chelas, empraça a 3 vidas a Pedro Álvares escudeiro e vassalo do rei, umas casas térreas danificas que ela tem na Arruda. Partem com casas que ora são de Pedro Varela da parte da frente e de trás, da outra parte partem com casais em que mora "aservido" Estevão Gonçalves, com a sua rua pública que vai para a dita fonte. Casas de paredes de pedra, cal, madeira, pregadura dura e telhado. A renda de 100 reais brancos deve ser paga cada 1 ano no dia de Natal. Testemunhas: Afonso Fernandes, Gomes Lourenço morador no mosteiro e Fernão Martins.	ANTT : Mosteiro de Chelas, maço 32 fl.630
52	Santarém, 7 dias de Março de 1459 Alvaro Meira a fez	D. Afonso V	Vila de Arruda dos Vinhos	Confirmação de todos os direitos, foros e costumes outorgados à vila de Arruda.	ANTT : Livro 7 da Estremadura, fl.77

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
53	Lisboa 24 dias de Maio, Lopo Fernandes a fez ano de 1459	Leonor Dias	Capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz em Lisboa	São apresentados dois instrumentos de doação por Pedro d'Abreu.O primeiro assinado por Fernando Martins tabelião das notas em Lisboa, trata-se da doação de Margarida Vaz, às capelas de D.Afonso IV e D.Beatriz em Lisboa, duma propriedade em Santarém, datado de 7 dias de Junho de 1455.O segundo assinado por João de Lamego tabelião na vila da Arruda com data de 11 dias de Março de 1459.Leonor Dias doa às capelas todos os seus bens de raiz: umas casas em Arruda que se localizam em frente da fonte da dita vila e pertencem de 3 partes com casas da judiaria da parte de cima com casas de Abrão Matero(?) e de trás partem com rua da dita judiaria e de fundo com casas de Antão Matero(?) e com rua pública, mais uma casa pequena da degua que parte com casa da dega(de adegas) que foi de Estevão Gonçalves raçoireiro e com casas de Pedro Varela o moço e rua pública uma herdade que jaz arribeira da Pipa e parte com a herdade de Garcia Mendes e da outra parte com vinha defronte Anes o moço em cima entesta em herdades de Diego Martins tabelião e de Fernando Alvares enfimdo entesta em caminho de rios, uma vinha que jaz no dito lugar acerca da dita herdade e parte com vinha do dito Garcia Mendes e de duas partes parte com herdades de Diego Martins e em fundo entesta com vinha de Gomes Lourenço desembargador da casa do dito senhor, outra vinha que jaz no dito lugar da ribeira e parte com herdade de Diego Martins de duas partes e da outra com vinha morta de Gonçalo Anes pescador e com vinha que foi de Alvaro Çoudo, duas oliveiras que estão numa herdade de Luis Canicos besteiro do conto.Leonor Dias doa estes bens às capelas mas exigia em troca que metade da nouydade (anuidade) que estava nos ditos bens, após o que Pedro de Abreu podia tomar posse dos ditos bens, exigia também que após a sua morte fosse cantada para sempre nas ditas capelas uma missa por sua alma por dia de todos os santos e que o capelão que a cantasse recebesse 50 reais brancos, pagos às custas das capelas.	ANTT : Livro 7 da Estremadura, fl.264
54				Em troca da doação o provedor das capelas dá-lhe uma mercearia para ter em sua vida. Testemunhas: Luis Fernandes morador em Alverca, Rui Lourenço clérigo, Jorge Afonso alfageme, Martim Anes lavrador, Pedro Afonso alcaide, todos moradores na vila de Arruda e João de Lamego público tabelião na Arruda.As doações são confirmadas.	
55	Évora ,3 dias de Novembro de 1459 Álvaro (?) a fez	D.Afonso V	Gonçalo Albuquerque	Carta de doação a Gonçalo Albuquerque da colheita anual a que o rei tem direito da vila da Arruda.	ANTT : Livro 10 da Estremadura, fl.296

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
56	12 dias de Junho de 1460, Diego Afonso a fez	Beatriz Lourenço	Capelas del rei D. Afonso IV e da rainha Beatriz situadas na sé de Lisboa	Trata-se duma carta de confirmação duma doação feita por Beatriz Lourenço às capelas del rei D. Afonso IV e a rainha D. Beatriz situadas na sé de Lisboa. Beatriz Lourenço doa toda a sua metade de bens móveis e de raiz, a terça desses bens móveis e de raiz, no loge da Arruda e seu termo. As propriedades: casas e vinhas, herdades de pão, oliveiras e choupos e chãos e outros quaisquer herdamentos que a ela pertenciam com todas suas pertenças, direitos, entradas, saídas e logramentos deles. Em troca da doação Beatriz Lourenço pedia que Pedro de Abreu, provedor das capelas, lhe desse ração em toda a sua vida tal como haviam as outras mercearias das ditas capelas que ora eram e adiante fossem e caso a ração e mercearia falhassem ela teria as rendas dos seus bens, e quando ela morresse sem ter estado em posse da mercearia que o seu marido João Eanes a recebesse e que Pedro de Abreu e todos os provedores que depois dele viessem, mandasse cantar em cada um ano para sempre por dia domum sanctorum um aniversario por suas almas nas ditas capelas. A doação é aprovada. Para entregar o documento: Lopo Vaz de Serpa cavaleiro de sua casa e do seu desembargo e petições e Pedro da Silva seu vassalo e do dito desembargo.	ANTT: Livro 5 da Estremadura, fl. 159
57	Santarém a 30 dias de Junho de 1460 João (?) a fez/Mora a 26 dias de Julho de 1497 Vicente Peres a fez.	D. Afonso V	Gonçalo Anes Lobo	Trata-se duma carta de confirmação com transcrição da original. D. Afonso V dirige-se a Gonçalo Anes Lobo, corregedor na Estremadura, a ele e a outro qualquer corregedor que andar pela coroa naquela comarca, para que este não interfira em todos os assuntos da vila da Arruda, visto que com isso fazia grandes despesas. O corregedor deve intervir apenas se os juizes da vila não poderem resolver o problema. Dada em Santarém a 30 dias de Julho ano de 1460. João Afonso a fez. D. Manuel confirma a carta.	Livro 1 da Estremadura doc. 19 (verso)
58	1469 a 10 dias de ?	Guedelha Palhaçano	Gonçalo Marques/Vasques e sua mulher	O documento envolve 3 partes. O bem: quinta da Ribeira na dos Calções em Arruda, 1 quinta de pão e vinho e azeite com 1 casal e pomar, parte com estrada que vai para Alhandra e com os Galos, da outra parte com Lopo Afonso, da outra parte com João Ribeiro, da outra com casal que traz Fernando Esteves e com herança de Linho e com outras confrontações. Guedelha Palhaçano, judeu morador na judiaria da cidade comprara a dita quinta a Tristão Borges e sua mulher Catalina Afonso. Guedelha Palhaçano renunciou ao senhorio da quinta que é de novo emprazada a Gonçalo Marques/Vasques e sua mulher.	Mosteiro de Chelas: maço 40 doc. 783
59	1471 João Jorge a fez	D. Afonso V	Comuna de judeus de Arruda	Carta de privilégios à comuna de judeus de Arruda. Os judeus pedem ao rei para não terem que acompanhar os presos visto o escândalo que daí poderia advir e causar dano nas relações com os cristãos.	D Afonso V: Livro 16 doc. 53
60	Óbidos, 16 dias de Junho 1472/Mora a 26 dias de Julho de 1497, Vicente Peres a fez	D. Afonso V	Concelho da vila de Arruda	Trata-se duma confirmação com transcrição da carta original. D. Afonso V dirige-se ao concelho da vila de Arruda e ordena que as penas dos cativos que pertencem à vila sejam para a reparação do cano de água que vem de fora para a vila. Para além disso ordena também que as penas sejam executadas todos os anos pelos juizes e oficiais da vila, visto que muitas como não eram executadas acabavam por ir parar à chancelaria da ordem de Santiago. Dada em Óbidos a 16 dias de Junho de 1472. Afonso Garcês a fez. D. Manuel confirma que todas as penas dos cativos e todas as penas que forem para a chancelaria sejam para a reparação do cano.	ANTT: Livro 1 da Estremadura fl. 19 (frente)

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
61	Lisboa 12 dias de Abril de 1473 João Correio a fez	D. Afonso V	Lopo Afonso	Lopo Afonso escreve ao rei, porque havia uns pardieiros na Corujeira em Arruda que a ordem de Santiago afirmava pertencerem-lhe. O rei manda que se faça inquirição acerca do assunto e após conclusão que os ditos pardieiros sempre pertenceram à coroa volta a doá-los a Lopo Afonso com a condição de que se quando este morrer se não tiver filho varão ou filha ou parente próximo os pardieiros voltem para a coroa.	ANTT : Livro 4 da Estremadura, fl.36
62	Touro 29 dias de Março de 1474/Lisboa.24 dias de Abril de 1499.João Pais a fez	D. Afonso V /D. Manuel I	Filho de Fernando de Noronha	Trata-se duma carta de confirmação duma doação feita por D.Afonso V.A carta original, Congo de Albuquerque havia dado como dote da sua filha D. Constança, com o consentimento do rei, para casar com Fernando de Noronha, a lezíria da Palmeira e da Tamargeira, ambas no rio Tejo, e o janitar da vila da Arruda. Agora D. Afonso V, grato pelos serviços prestados à coroa por Fernando de Noronha, faz doação das mesmas lezírias e janitar ao seu filho maior até ao seu falecimento. Dada em Touro a 29 dias de Março 1474, Pedro Paiva a fez. D. Manuel confirma a carta.	ANTT: Livro 1 da Estremadura, fl.248
63	27 dias de Janeiro de 1477	Príncipe D. João	Diogo Martins	O príncipe D. João nomeia Diogo Martins, escudeiro do infante, Almojarife da ordem de Santiago na vila de Arruda.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl.6
64	6 dias de Fevereiro de 1477, Cristovão Barros a fez	Príncipe D. João	Álvaro de Tomar	O príncipe D. João passa carta de Almojarifado a Álvaro de Tomar	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl. 16
65	5 dias de Fevereiro de 1477, Cristovão de Barros a fez	Príncipe D. João	João Dias	Os juizes da vila de Arruda escrevem ao Rei porque Álvaro de Tomar, escrivão do Almojarifado, é rendeiro e parceiro das rendas dos fornos e moinhos da vila, e como oficial do rei para a colecta das rendas, não o podia ser. O rei ordena que se faça inquirição e que assim sendo o cargo passe para João Dias.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl. 18
66	13 dias de Fevereiro de 1477	Príncipe D. João	Martim Gil	Por falta de confirmação de Álvaro de Tomar, Martim Gil passa a ser escrivão dos orfãos da Câmara de Arruda.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl. 19
67	1 dia de Outubro de 1477	Príncipe D. João	Pedro Lopes	D. João dá carta de Porteiro do Almojarifado da ordem de Santiago na vila de Arruda a Pedro Lopes, porque Vasco Gonçalves o perdeu por não o vir confirmar.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl.76
68	27 dias de Março de 1478	Príncipe D. João	João Álvares	Carta para que o almojarifado da vila de Arruda passe para João Álvares e que ele seja como tinha sido Diogo Martins, que havia renunciado ao cargo por instrumento feito por João da Arruda, tabelião público na vila, 17 de Março de 1478.	ANTT: Chancelaria Ordem de Santiago: fl.113
69	13 dias de Abril de 1478, Luis Peres a fez	Príncipe D. João	Lopo Rodrigues	O príncipe D. João dá carta de escrivão dos orfãos e da almotacaria em a vila de Arruda, a Lopo Rodrigues, escudeiro criado da infanta D. Joana, irmã do príncipe.	ANTT :Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl.117
70	20 dias de Junho de 1478	Príncipe D. João	João Garção	Afonso Dias fez doação de uma courela de vinha que pertencia á ordem/coroea (?)sem autorização e por isso a dita courela passa para João Garção.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl.146
71	9 dias de Janeiro de 1478, João Lopes a fez	Príncipe D. João	Lavradores do concelho de Arruda	Os lavradores do concelho de Arruda escrevem ao Rei porque são constringidos pelos senhores e juizes da vila para carregos e ofícios do concelho contra a sua vontade, não sendo respeitada a isenção a que têm direito. O pedido é aprovado.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 1 do suplemento fl.176

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
72	14 dias de Janeiro de 1483	D.João II	Álvaro Dias	D.João II, como administrador da ordem do Mestrado de Santiago faz mercê do escrivão do almoxarifado a Álvaro Dias, escudeiro de D.Filipa, prezada tia do rei, para ser como tinha sido João Dias, que renunciou em instrumento público feito por Pedro Lourenço tabelião na vila, a 14 de Outubro de 1482.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 2 do suplemento fl.2
73	8 dias de Outubro de 1485	D.João II	Álvaro Eanes	D.João nomeia Álvaro Eanes para tabelião do judicial na vila da Arruda, para ser como havia sido seu avô, que tinha renunciado por instrumento público feito por Luis Vasques notário geral na casa do clível a 3 de Fevereiro de 1483. O rei o mandou por Álvaro Lopes seu secretário e comendador chanceler mor e escrivão da puridade.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 2 do suplemento fl.44
74	1487	D.João II	Luis Coimbra	Martim Lopes, clérigo morador na vila da Arruda, já finado à data de elaboração da carta, havia comprado, sem autorização da coroa, um campo que tinha transformado em vinha (com caminho para reguengo da dita vila) e uma casa que fora de Filipa Afonso. A casa fazia parte com casas de João (?) e casa de Maria Fernandes, com rua. Havia comprado ainda outra casa que parte com palheiro dos Melgaços e casa de M.Fernandes e com rua pública. Assim sendo as casas são dadas a Luis Coimbra morador na vila.	ANTT : Chancelaria D.João II, Livro 21, fl.64
75	Santarém 1488	Catarina Eanes	João Lopes	João Lopes, escrivão e capelão de Torres Vedras, mostrou à coroa uma escritura feita por Lopo Rodrigues tabelião da Arruda aos 12 dias Dezembro de 1487, pela qual Catarina Eanes moradora na dita vila renuncia a um báculo que tem no termo da dita vila e sobre o qual tem que pagar o terço á Ordem de Santiago a favor de João Lopes. O pedido é aprovado desde que o dito João Lopes pague o terço e cumpra os termos do aforamento, como sendo dar em cada um ano ao almoxarife da Ordem um fiador arguo ao qual o almoxarife possa recorrer caso ele não possa pagar.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago, Livro 3 do suplemento fl.158
76	10 dias de Janeiro de 1495, João Fralho a fez	Maria Rodrigues	Fernando de Miranda	Maria Rodrigues deixou em testamento bens, uma quinta no termo da Arruda chamada a Sardinha, para que se despendesse pela sua alma. João Gonçalves tinha ficado encarregue de tratar do assunto mas em vez disso vendeu toda a João Vaz sem que para isso tenha feito as diligências necessárias. Sabendo disto os oficiais dos resíduos da dita comarca julgaram a quinta e os bens perdidos. Mas a santa Cruzada afirmava que os bens lhe pertencem e por isso os oficiais mandaram vender. Esta informação chegou à coroa e o rei querendo fazer mercê a Fernando de Miranda outorga-lhe a dita quinta e bens desde que esta não faça avença com as partes sem a licença da coroa e se o fizer perde tudo para a coroa inclusive o dinheiro que receber da venda.	ANTT : Livro 6 da Estremadura, fl.207

	DATA	OUTORGANTE	OUTORGADO	RESUMO	COTA
77	Montemor o Novo, 20 dias de Fevereiro de 1496, Pedro Luis a fez	Nicolau Dias	João Colaço	Trata-se dum aforamento feito pelo almoxarife de Arruda, Aforamento em 3 vidas do casal de Sevelas (= casal de Sovelas) a João Colaço por Nicolau Dias. O casal parte com casais da ordem de Santiago e com termo da vila, casais que trazem João ?, Pedro Eanes Colaço, Loução e outros. A renda: o quarto dos frutos do casal, 1 par de galinhas boas, uma fanga e meia de pão moido, uma rede de palha em cada um ano, deve ainda fazer no primeiro ano de aforamento uma casa de pedra e barro de dois meeiros de telha e arrotear as terras e estrumar. Fernão Machado pregoeiro arrematou, João Esteves vigário, Luis ? cavaleiro, Pedro Anes Colaço e outros. Álvaro Domingues escrivão do almoxarifado a fez 31 de Janeiro de 1496. A carta é confirmada por D. Jorge.	ANTT : Chancelaria Ordem de Santiago: Livro 4 do suplemento fl.57
78	sem data	D. Afonso III	Vila de Arruda	Inquirição tirada á vila de Arruda que determina o que a vila deu : quinhentos paes seis molhos de cevada, uma vaca, dois porcos, trinta galinhas, três cabritos, três leitões, duzentos ovos, um alqueire de mel e um de manteiga, duas restêas de alhos e de cebolas, de vinho cinco.	ANTT : Livro 4 de Inquirições 3/25, /3.
79	sem data	D. Afonso V	Rui Lourenço	Carta de doação a Rui Lourenço dos bens de Gil Vasques antigo arcebispo da Guarda. Gil Vasques estava em Castela "falando e obrando" contra o reino, e por isso para além da pena corporal que merecia perde também todos os bens que tinha em Portugal. Todos os bens móveis e de raiz que havia em Arruda e seu termo são doados a Rui Lourenço.	ANTT : Livro 10 da Estremadura fl.262

FONTES IMPRESSAS:

Azevedo, Rui de - Costa, P. Avelino Jesus - Pereira, Marcelino Rodrigues : *DOCUMENTOS DE D.SANCHO I (1174-1211)*, Vol.I, Universidade de Coimbra, 1979

Costa, Paula Maria de Carvalho : *Livro dos Copos In Militaruim Ordinum Analecta vol.I*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto ,2007

Chancelarias portuguesas : D. João I, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004-2005

Chancelarias portuguesas : D. Afonso IV, organizador A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990-1992

Chancelarias portuguesas : D. Duarte, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998-2002

Costa, Paula Maria de Carvalho : *Livro dos Copos In Militaruim Ordinum Analecta vol.I*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto ,2007

DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES Documentos Régios ,Volume I, Documentos dos Condes Portucalenses e de D.Afonso Hemriques, Tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa , 1958

Livro I de Misticos livro II del Rei D. Fernando, org. Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal, Lisboa, 1949

Monumenta Henricina , Com. Executiva das Com. do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974

Sá-Nogueira, Bernardo de : *Portugallie Tabellionum Instrumenta, Documentação Notarial Portuguesa, I-1214-1234*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005

Ventura, Leontina - Oliveira, António Resende de : *Chancelaria D.Afonso III*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

Sá-Nogueira, Bernardo de : *Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003

FONTES:

FONTES MANUSCRITAS

ANTT

- BULAS: Colecção Especial

C.1 : doc. 27

C.2 : doc.16, doc.17,doc.18,doc.19,

C.3 : doc. 15, doc.15 , doc.15b , doc.85

C.5 : doc. 25

- ORDEM DE SANTIAGO

Livro 1 do suplemento : doc. 6 , doc. 16 , doc. 18 , doc. 19 , doc. 76 , doc. 113 , doc. 117 , doc. 146 , doc.176

Livro 2 do suplemento : doc. 2 , doc. 44

Livro 3 do suplemento : doc. 158

Livro 4 do suplemento : doc. 57

- MOSTEIRO DE CHELAS

Maço 16 , doc. 310

Maço 32 , doc. 630

Maço 40 , doc. 783

- MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA

1ª Incorporação

M.1 , doc. 33

M.2 , doc.25

M.4 , doc. 19, doc. 20, doc. 41

M.16, doc. 24

E. 32

- **MOSTEIRO DE SANTOS - O - NOVO**

Caixa 19 : 1604

- **GAVETAS**

Gaveta XXI, 3, 42

Gaveta V, 4, 2

- **CHANCELARIAS RÉGIAS**

D.Dinis

D. Fernando : livro 1, doc. 194 ; livro 4, doc. 47 e doc. 70

D.João I : livro 1, doc. 198; livro 2, doc. 23

D.Afonso V : livro 16, doc. 53; livro 25, doc.34

D.João II : livro 21, doc.64

- **LIVRO DA ESTREMADURA**

Livro 1 : doc.19, doc.246

Livro 4 : doc.36

Livro 5 : doc.159

Livro 6 : doc.207

Livro 7 : doc.65, doc.77, doc.264

Livro 10 : doc.262, doc.296

Livro 12 : doc.119, doc.130, doc.162, doc.163

- **LIVRO DE DIREITOS REAIS**

Livro 1 : doc.208, doc.262

Livro 2 : doc.276

BIBLIOGRAFIA:

Alves, José da Felicidade : *O Mosteiro de São Vicente* , Livros Horizonte, Lisboa, 2008

Andrade, Maria Filomena : *O Mosteiro de Chelas : uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: património e gestão*, Patrimonia, Cascais, 1996

Armas, Duarte de : *Livro das Fortalezas* , Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inapa , Lisboa, 1990

As ordens militares em Portugal e no sul da Europa : actas do II Encontro sobre Ordens Militares, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Paulo Pacheco, Colibri, Lisboa, 1997

As ordens militares e as ordens de cavalaria na construção do mundo ocidental : actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, coordenação Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Colibri, Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2005

As ordens militares em Portugal : actas do 1º Encontro sobre Ordens Militares, coordenação de Paulo Pacheco e Luís Pequito Antunes, Câmara Municipal de Palmela, Palmela , 1991

As ordens militares no reinado de D. João I , In *Militarium Ordinum Analecta* , direcção de Luís Adão da Fonseca, Fundação Engenheiro António de Almeida ,1997

Associação dos Arqueólogos Portugueses : *Lisboa e o seu termo : estudos e documentos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa ,1947-1948

Barbosa, Isabel Maria Lago : *Um código inédito dos estabelecimentos de 1440 da Ordem de Santiago na biblioteca pública municipal do Porto*, Porto, 1989

Barbosa, Maria de Carvalho Lago : *A Ordem de Santiago em Portugal* In *As Ordens de Cristo e Santiago no início da Época Moderna : A Normativa, Militarium Ordinum Analecta*, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto , 1998

Barbosa, Pedro Gomes : *O domínio e o senhorio no couto de Alcobaça*, In *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1992

Barbosa, Pedro Gomes : *Lisboa, o Tejo, a terra e o mar e outros estudos*, Colibri, Lisboa ,1995

Barbosa, Pedro Gomes : *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura Central : séc. XII a 1325* , Lisboa ,1989

Barbosa, Pedro Gomes : *Documentos, lugares e homens : estudos de história medieval* , Cosmos, Lisboa, 1991

Barbosa, Pedro Gomes : *Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central (séc.s XII e XIII)*, in *As ordens militares em Portugal* , Câmara Municipal, Palmela , 1991

Barros, Henrique da Gama : *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, 1945-1954

Benevides, Francisco da Fonseca : *Rainhas de Portugal : estudo histórico com muitos documentos*, Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1878

Braamcamp, Anselmo Freire : *Povoação da Estremadura no XVI século*, in *Arquivo Histórico* , vol. VI , OF. TIP. , Lisboa, 1908

Caetano, Marcelo : *HISTÓRIA DO DIREITO PORTUGUÊS, Vol.I , FONTES-DIREITO PÚBLICO(1140-1495)*, Editorial Verbo ,2000

Coelho, Maria Helena da Cruz e Magalhães, Joaquim Romero : *O PODER CONCELHIO : Das origens às cortes constituintes. Notas da História Social*, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1986

Coelho, Maria Helena da Cruz : *Os Tabeliães em Portugal .Perfil profissional e sócio-económico*, in Estudos de Diplomática Portuguesa , Edições Colibri, Lisboa, 2001

Colaço, Magalhães : *Cadastrro da população do reino, 1527 : actas das comarcas Damtre, Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa, 1929

Correia, Fernando da Silva : *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Henrique Torres - editor, Lisboa , 1944

Cotazar, Garcia : *História Rural Medieval*, Editorial Estampa, 1996

Cunha, Mário Raul de Sousa : *A Ordem Militar de Santiago(das origens a 1327)*, Porto, 1991

Duby, Georges : *A Idade Média uma Idade do Homem*, Teorema, 1988

Faria, Aida Gisela das Neves : *Análise sócio-económica das comunas judaicas portuguesas* , Lisboa, 1963

Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa : *A Ordem Militar de Santiago no séc.XIV* , Porto, 2002

Fortunato, De Almeida : *História da igreja em Portugal*, nova edição preparada e

dirigida por Damião Peres, Civilização, Porto-Lisboa , 1968-1971

Fourquin, Guy : *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*, Edições 70, 1970

Figanière , Frederico Francisco de la : *Memórias das Rainhas de Portugal* ,
Tipografia Universal , Lisboa, 1859

Freire, Anselmo Braamcamp : *Brasões da Sala de Sintra 1849-1921*, Imprensa
Nacional, Casa da Moeda, 1996

Galego, Júlia e Daveau, Suzanne: *O numeramento de 1527-1532 : tratamento
cartográfico*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1986

Gomes, Rita Costa : *Castelos da Raia*, Instituto Português do Património, Lisboa,
1996

Gomes , Saul António :*In limine conscriptionis : documentos, chancelaria e cultura
no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Tese dout. em História,
Univ. de Coimbra, Coimbra, 2000

Gomes, Rita Costa : *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel,
1995

Gonçalves, Iria : *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989

Gonçalves, Iria : *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média : o
exemplo de Lisboa* , Porto ,1986

HISTÓRIA DE PORTUGAL, vol.II direcção de José Mattoso, Editorial Estampa,
Lisboa,1993-1994

Leal, Pinho : *Portugal antigo e moderno : dictionario geographico, estatistico*,

chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias, 12 vol.s, Livraria de Mattos Moreira, Lisboa, 1873-1890

Leite, Fernando Barros : *O rei D. Dinis e a rainha Santa Isabel*, F.Leite, Coimbra, 1993

Lomax, Derek W : *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, Madrid, 1965(VER)

Mata, Joel Silva Ferreira : *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos em finais do séc.XV e no séc.XVI .Um estudo religioso, económico e social*, Vol. I e II, in *Militarium Ordinum Analecta* , Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999

Mattoso, José : *Ricos- Homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Guimarães Editores, Lisboa, 1982

Marques, A. H. de Oliveira, *A população portuguesa nos fins do século XIII* In *Revista da Faculdade de Letras* , Lisboa, 1958

Marques, A. H. de Oliveira : *Ensaio de história medieval portuguesa* , Veja , Lisboa, 1980

Marques, A. H. de Oliveira : *A sociedade em Portugal nos séculos XII a XIV : subsídios para a sua história*, Lisboa, 1956

Marques, A. H. de Oliveira : *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)* , Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990

Martins, Armando Alberto : *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL, vol.III ,d direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1995

Nemésio, Vitorino : *Isabel de Aragão, Rainha Santa* , Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2002

Pizarro, José Augusto de Sottomaior : *D.Dinis*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005

Pimenta, Maria Cristina Gomes : *As Ordens de Aviz e de Santiago na Baixa Idade Média - O Governo de D. Jorge*, GEOS - Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, Câmara Municipal de Palmela , Palmela , 2002

Rau, Virgínia : *As ordens militares e a tributação régia, em Portugal* , in *Do tempo e da história* ,vol. 4, Centro de Estudos Históricos , Lisboa, 1971

Rodrigues, Ana Maria : *Espaços, gente e sociedade no Oeste : estudos sobre Torres Vedras medieval*, Patrimónia, Cascais, 1996

Rodrigues, Ana Maria : *Torres Vedras : a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

Rogeiro, Filipe Soares : *ARRUDA DOS VINHOS : Das origens à restauração do concelho em 1898*, Arruda Editora, 1997

Rosa, Maria de Lurdes : *O Morgadio em Portugal*, Estampa, Lisboa, 1995

Santos, Carlos Fernando Russo : *A Ordem de Santiago e o Papado no tempo de D.Jorge : de Inocêncio VIII a Paulo III*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007

Serra, Pedro Cunha : *Sobre a intercultura de mouros e cristãos*, Lusitânia, Aveiro, 1973

Silva, Manuela Santos : *Óbidos e a sua região na baixa Idade Média*, Lisboa, 1996

Silva, Manuela Santos : *A assistência social na Idade Média : estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1987

Silva, Manuela Santos : *Óbidos , Terra que foi da Rainha D.Filipa : o senhorio de Óbidos de 1415 a 1428*, Sep. Arqueologia do estado : 1as. Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul : séculos XIII-XVIII, 1º vol, Lisboa, 1988

Silva, Carlos Guardado da : *Lisboa medieval : a organização e a estrutura do espaço urbano*, Lisboa, 2004

Silva, Carlos Guardado da : *O Mosteiro de São Vicente : a comunidade regrente e o património rural*, Colibri, Lisboa , 2002

Sousa, D. António Caetano : *História Genealógica da Casa Real Portuguesa , Tomo I e II* ,ATLÂNTIDA - LIVRARIA EDITORA , Coimbra, 1946

Távora, D. Luís Gonzaga de Lancastre : *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa , Ministério da Educação, Lisboa,1983

Tavares, Maria José Pimenta Ferro : *Os judeus em Portugal no século XIV*, Guimarães Editores, Lisboa, 2000

Vasconcelos, António de : *Dona Isabel de Aragão : Rainha Santa*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993

Viana, Mário : *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, Caleidoscópio, 2007

Vilar, Hermínia Vasconcelos : *As dimensões de um poder : A diocese de Évora na Idade Média* , In *Histórias de Portugal*, Editorial Estampa , 1999

Vivas, Diogo : *Constança Sanches. Algumas observações em torno de uma bastarda régia*, In *CLIO Volume 16/17* , Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007

Instrumentos de trabalho :

Corominas, Joan : *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*, Gredos, Madrid, 1994

Dicionário de história de Portugal : dirigido por Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1992-2000

Leal, Pinho : *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, 12 vol.s.

Machado, José Pedro : *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa , 1993

Machado, José Pedro : *Dicionário etimológico da língua portuguesa : com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, Livros Horizonte, Lisboa, 1995